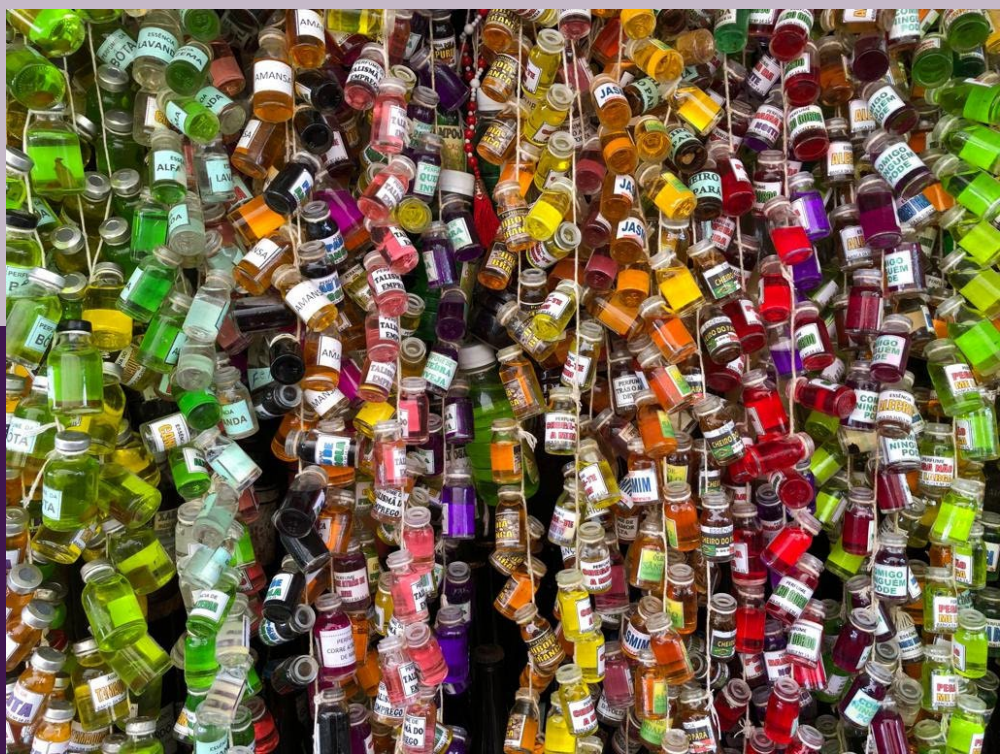


Reginaldo Gurgel Moreira

POR UMA LINGUAGEM-VIDA

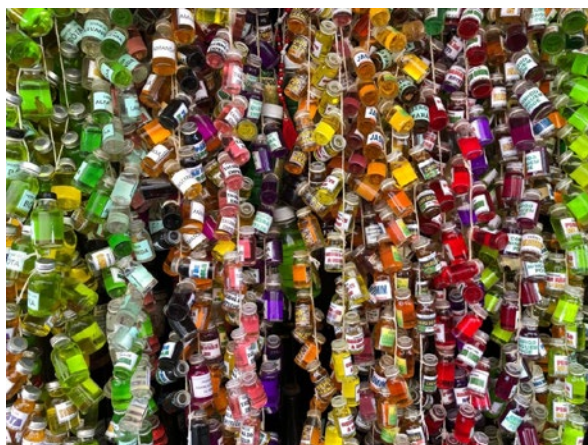
Uma leitura sob as lentes da pragmática sociocultural



Reginaldo Gurgel Moreira

POR UMA LINGUAGEM-VIDA

Uma leitura sob as lentes da pragmática sociocultural



Marca de Fantasia
Parahyba - 2023

POR UMA LINGUAGEM-VIDA

Uma leitura sob as lentes da pragmática sociocultural

Reginaldo Gurgel Moreira
Série Linguagem e Discurso, 6. 2023. 100p



MARCA DE FANTASIA

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto.903A
João Pessoa, PB. 58046-033. Brasil
marcadedefantasia@gmail.com
www.marcadedefantasia.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia e um projeto de extensão do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/Designer: Henrique Magalhães
Capa: H. Magalhães; foto: Reginaldo Gurgel Moreira

Conselho Editorial

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB;
Alberto Pessoa - UFPB; Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP;
Gazy Andraus, Pós-doutoramento na FAV-UFG; Heraldo Aparecido Silva - UFPI;
José Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN; Marcos Nicolau - UFPB;
Marina Magalhães - UFAM; Nílton Milanez - UESB;
Paulo Ramos - UNIFESP; Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP;
Waldomiro Vergueiro, USP;

Capa: H. Magalhães
Foto da capa: Reginaldo Gurgel Moreira

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M838p

Moreira, Reginaldo Gurgel

Por uma linguagem-vida: uma leitura sob as lentes da pragmática sociocultural /
Reginaldo Gurgel Moreira. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7999-091-5

1. Linguagem e línguas. 2. Linguística. I. Moreira, Reginaldo Gurgel. II. Título.

CDD 410

Índice para catálogo sistemático
I. Linguagem e línguas: Linguística

Dedicatória

A quem comunica através da educação,
sendo performance sempre viva
de um esperar que (co)move a vida
de quem vive desejando ser mais para
melhor servir, como minha mãe,
professora Maria Simone (*in memoriam*).

Sumário

Introdução	7
I. Saber, resistência e (inter)ação: uma mirada crítica nos estudos pragmáticos	9
I.1 Uma Nova Pragmática para antigos problemas linguísticos	15
I.2 Sobre a Pragmática: uma gênese e seu fazer	16
I.3 Atos de Fala: a voz de Austin sobre a performatividade da Pragmática na interação social	25
I.4 O método de Austin pelas regras de uso da linguagem	27
2. Nova Pragmática e responsabilidade discursiva: atos de fala indissociáveis à prática sociocultural dos sujeitos interactantes	32
2.1 O problema da intencionalidade para se pensar a responsabilidade: (des)caminhos para a performatividade para atos de fala	39



3. (Des)cortesia e violência linguística: a responsabilidade na <i>práxis</i> cultural	49
3.1 Jogos da face e (im)polidez pinguística	52
3.2 Categorias de (im)polidez linguística	57
3.3 Imagem social e comunidades de práticas de (des)cortesia: nova <i>práxis</i> sociocultural para (re)agir contra a violência linguística	64
3.4 Comunidade de prática cortês	71
3.5 Comunidade de prática descortês	72
4. Violência linguística: tradução adequada de descortesia	81
4.1 Violência linguística e o conflito contextual/interacional	83
4.2 As interfaces da ideologia do discurso descortês	85
4.3 Ideologia e a Hermenêutica de Profundidade em Thompson	87
Referências	90



Introdução

Para novos desafios vivenciados na nossa vida ordinária, outros olhares nos conduzem a um ousado imperativo de valor: viver a linguagem como uma forma de ação, de interação social. Por isso, o atual estudo, como resultado de nossa dissertação em Linguística Aplicada (MOREIRA, 2016), ancora-se nos construtos transdisciplinares para uma revisão da literatura sobre Linguística Aplicada, tomando como recorte, especificamente, a perspectiva da Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010; SILVA, FERREIRA, ALENCAR, 2014; OTTONI, 1998), a partir da abordagem sociocultural das interações dos sujeitos na linguagem-vida ordinária, aproximando-se da (Des)Cortesia Linguística.

Assim, nesse trajeto reflexivo-descritivo, iniciamos destacando as contribuições interacionistas de Goffman (2012) e seus estudos das faces (*self*), ou imagem positiva e negativa dos sujeitos numa interação, passando por Brown e Levinson (1987) com a polidez positiva e polidez negativa, bem como seu sistema sobre os atos ameaçadores da face, entre outros autores do estudo da conversação e pragmática.

Reconhecemos a imensa contribuição desses autores para analisar os fenômenos (extra)linguísticos na perspectiva pragmática, porém concordamos com a necessidade de adotar também uma nova literatura sobre a (im)polidez linguística, doravante (des)cortesia linguística, que esteja mais próxima às perspectivas dessa nova reflexão sobre a Pragmática, comprometida com a linguagem ordinária e seus contextos. Para tanto, foi importante estudar o que propõe Diana Bravo

(2003; 2005) em termos de conceituação e aplicação da (im)polidez, traduzida por essa linguísta e seus pares por (des)cortesia verbal.

A despeito disso, passamos também a adotar neste trabalho, preferencialmente, a aplicação da expressão *(des)cortesia linguística*. Na esteira dos estudos latino-americanos sobre (des)cortesia, optamos por aprofundar nossa análise nos termos da Descortesia de Fustigação e da Comunidade de Prática Cortês e Comunidade de Prática Descortês, defendida por Kaul de Marlangeon (2014), em relação com as contribuições dos modos de operacionalização das ideologias e suas estratégias simbólicas apresentadas por Thompson (2011).

Percebemos que esse aporte teórico nos ajuda a compreender outros movimentos sobre o fenômeno linguístico da (des)cortesia linguística, tanto para o analista-pragmaticista, quanto para o produtor de conteúdos, mediante a problemática da intencionalidade e responsabilidade pelos atos de fala descorteses e violentos.

Este livro, portanto, trata-se de um texto que se atualiza à medida que é compartilhado entres os profissionais da linguagem ou os diferentes públicos que se engajam nas interações dialógicas, servindo-se de suporte técnico-prático para outras perspectivas do fazer-dizer (AUSTIN, 1990) palavras no cotidiano, isto é, na vida ordinária que se constitui em jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 2013). Por essa razão, não há uma intenção – por parte de nossa autoria – de transformá-lo num modelo linguístico estruturalista; antes, queremos que este livro seja uma experiência de abertura às iniciativas de uma literatura que se atualiza em cada vivência leitora.

Boa leitura!

Saber, resistência e (inter)ação: uma mirada crítica nos estudos pragmáticos

É na tensão interacional que o cotidiano de nossas práticas sócio-discursivas se torna lugar apropriado de estudo, resistência e ação, sob o risco de sermos todos narcotizantemente absorvidos por uma “versão ‘liquefeita’ da condição humana moderna”, à espera de uma agenda¹ pública e de sua política crítica, como nos esclarece Bauman (2001, p. 65).

Nessa modernidade líquida, esse autor salienta ainda que a missão do pensamento crítico é de iluminar as sombras no caminho da emancipação dos sujeitos, superando obstáculos no conflito entre problemas privados e questões públicas, como o “de recoletivizar as utopias privatizadas da ‘política-vida’ de tal modo que possam assumir novamente a forma das visões da sociedade ‘boa’ e ‘justa’ (BAUMAN, 2001, p. 69).

Assim sendo, neste mundo de coisas instáveis que compõem a matéria-prima das identidades, não apenas concordamos com Bauman (2001, 110) – no sentido de nos mantermos em alerta, flexíveis e ágeis

1. De acordo com nossa análise, o termo *agenda* que aqui empregamos se justifica e se relaciona com os desdobramentos dos estudos sobre agenciamento. Duranti (2004, p. 453), apesar de reconhecer a dificuldade de conceituar agência, propõe uma definição de agência – que aqui traduzimos sinteticamente, como uma propriedade daquelas entidades que tem algum grau de controle sobre sua própria conduta, cujas ações no mundo afetam outras entidades (às vezes, a si mesmas) e cujas ações são o objeto de avaliação. Essas três propriedades da agência estão interconectadas e podem, em consequência, produzir *agendas*.

ao nos reajustarmos às mudanças desse novo mundo e seus paradigmas – mas também seguimos na esteira de Foucault (2014, 130) ao definir a função do estudioso/intelectual que é de “lutar contra as formas de poder onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’², da ‘consciência’, do discurso”; concebendo ainda que a teoria não se aplica numa prática, mas é uma prática local e não totalizadora (FOUCAULT, 2014, p. 132).

Logo, teoria/prática é o sistema local dessa luta para criar novos paradigmas de politização no mundo social, sobretudo no contexto da comunicação social, já que é elemento constitutivo da vida social contemporânea e que é, em linhas gerais, o objeto deste nosso estudo.

Em decorrência dessas provocações, como pesquisadores da linguagem, entendemos os apelos dessa nova ordem discursiva, em vista de um engajamento *político-vida* mais fundamentado no atravessamento das reflexões da Linguística Aplicada em sua perspectiva e inter/transdisciplinar, ou ainda, em sua visão indisciplinar – transgressora dos limites disciplinares, segundo Moita Lopes (2006) – como uma crítica ao modo tradicional e estruturado de estudar a linguagem, que a concebia “dentro dos limites disciplinares, como verdades únicas, transparentes e imutáveis” (MOITA LOPES, 2006, p. 26).

Na mesma perspectiva, Rajagopalan (2006, p. 149) parte da premissa de que a vertente crítica da Linguística Aplicada *ressuscita* (grifo do autor) a Linguística, em meio ao falecimento ou estagnação da mesma; não devendo ser, entretanto, tratada como uma subárea dos estudos linguísticos, mas uma nova Linguística Aplicada com engajamento crítico

2. Na Metafísica do Poder, em Foucault (2014, p. 190, 194), o termo *verdade* está relacionado à crítica de uma geografia da verdade, com uma passagem da “verdade/prova à verdade contestação”: “se existe uma geografia da verdade, é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la”.

num campo de investigação transdisciplinar. Isto é, atravessando limites disciplinares convencionais com o propósito de empreender uma nova agenda de pesquisa, sem se tornar subalterna a nenhuma disciplina, mas amplamente informada por/e conectada às demais disciplinas.

Essa delimitação estabelecida para a Linguística Aplicada é reforçada ainda pela noção de transgressão em Pennycook (2006, p. 74). Entre outras características, o autor se refere à premência de criar “instrumentos políticos e epistemológicos” para transgredir os paradigmas tradicionais cristalizados. Sem cair na desordem e no caos, esse linguista se fundamenta em Jenks³ para falar sobre a necessidade de penetrar em “territórios proibidos”, a fim de pensar o que não era pensado e fazer o que não era permitido. Citando Weedon⁴, nesta gênese dos estudos da Linguística Aplicada, Pennycook (2006, p. 77) atribui implicações da virada linguística às novas formas de pesquisar a linguagem, “somática e performativa”. A visão interna do pós-estruturalismo concebe a linguagem como princípio comum no estudo da “organização social, do poder e da consciência do indivíduo”.

Seguindo os fluxos históricos de contestação e reordenamento metodológico das pesquisas em Linguística Aplicada, identificamos aqui uma nítida evolução epistemológica dessa ciência, a saber: de uma mera aplicação da linguística teórica, passando por uma prática do ensino de línguas, à vertente mais crítica e inter/transdisciplinar, para analisar a linguagem, atuando no mundo social – sob a égide da cultura, do social e da histórica – a partir das condições de produção, divulgação e interpretação/recep-

3. JENKS, J. *Transgression*. London: Routledge, 2003, p. 3.

4. WEEDON, C. *Feminist practice and poststructuralist theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, p. 21.

ção do fenômeno linguístico, como observa Fabrício (2006, p. 49), citando ainda o surgimento dos primeiros estudos em análise crítica do discurso⁵.

Ao concluir sua linha de raciocínio acerca das bases epistemológicas da Linguística Aplicada, tal autora destaca a necessidade de uma revisão desses fundamentos, à luz do entendimento de que estudar a linguagem é estudar a sociedade e a cultura. Isso porque nossas práticas discursivas não são neutras, mas permeadas por ideologias, política e relações de poder, e suas consequências no cotidiano das pessoas. Além disso, Fabrício ressalta ainda que o processo da construção de sentidos em meio à multiplicidade de sistemas semióticos é outro fator que motiva tal revisão sobre linguagem-sociedade-cultura.

Tomando como base os fenômenos midiáticos, por exemplo, observamos no *território proibido* do discurso publicitário (des)cortês/violento uma excepcional oportunidade para refletir as práticas sociais do sujeito na vida ordinária, através dos mecanismos linguísticos e paralinguísticos atravessados na experiência dessa interação sociodiscursiva.

Transgredindo métodos tradicionais do *fazer* comunicacional, vamos prosseguir com essas orientações inter/transdisciplinares para evidenciar um novo olhar, um novo construto sobre os atos performativos de fala nos casos do nosso cotidiano. Isso porque – a pesar de ter o seu valor histórico e reconhecimento científico – os primeiros sistemas linguísticos *fechados*⁶ que separam os elementos linguísticos para dar conta de questões da linguagem já não nos satisfazem.

5. São citados pela autora os linguistas Fairclough (1989,1992); Van Dijk (1985) Kress e Hodge (1979).

6. O termo *fechado* busca traduzir uma percepção de que os primeiros esquemas de estudo sobre a linguagem basicamente se restringiam a sistemas de signos usados para a comunicação, mensurável, estruturado e testado, de tal modo que correspondesse à exigência do rigor científico do início do século XX. Saussure denominou esse sistema de signos de Semiologia; Peirce a chamou de Semiótica (PETTER, 2012, p. 17).

Saussure (2012), entre outros linguistas estruturalistas, focalizou sua análise linguística na língua considerada em si mesma, desassociando-a da fala, do uso. Para ele, a língua seria o real objeto da Linguística, desdobrando-se em áreas que formaram a descrição gramatical das línguas naturais.

Outro linguista de grande expressividade nos estudos do estruturalismo da linguagem é Noam Chomsky, responsável pela publicação da gramática gerativa, que propôs outra dicotomia: a competência (capacidade psicológica geral frente às regras de uma língua) *versus* o desempenho (uso/*performance* da língua). Conforme Weedwood (2002, p. 133), para Chomsky a finalidade da linguagem é a descrição das regras que governam a estrutura da competência linguística, identificando erros de desempenho. Nessa perspectiva, a Linguística foi assimilada como uma disciplina mentalista. Rajagopalan (2003, p. 16) acrescenta ainda que Chomsky exclui qualquer possibilidade de que as teorias da linguagem tenham inferências de ordem ideológica, política e ética.

Mussalim e Bentes (2012) elencam, nesse sentido, as perspectivas teóricas e metodológicas da Fonética, da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe que constituem a Linguística como “ciência autônoma e com um objeto de estudo próprio, ao longo do século XX” (MUSSALIN; BENTES, 2012, p. 18). Grosso modo, essas eram as bases teóricas que resultaram no postulado da Linguística: valer-se das afirmações para descrever um estado de coisas em sua condição de veracidade ou falsidade.

Entrementes, é a partir da “virada linguístico-pragmática” (OLIVEIRA, 1996) que encontramos respaldo para dialogar com várias disciplinas (com as ciências sociais, ciências da comunicação social, filosofia etc.), em vista de problematizar questões que impactam a todo instante a interação social dos sujeitos.

Conforme defende esse filósofo, a linguagem assumiu o lugar de expressividade do mundo social e a centralidade na filosofia do século XX; a linguagem é a instância de articulação de sua inteligibilidade. “Impossível filosofar sobre algo sem filosofar sobre a linguagem, uma vez que esta é o momento necessário constitutivo de todo e qualquer saber humano” (OLIVEIRA, 1996, p. 13).

A “reviravolta pragmática” que Oliveira propõe (1996, p. 117) tem como referência a pragmática analítica do filósofo Wittgenstein (2013) em seu segundo momento, na obra *Investigações Filosóficas*), ao criticar a teoria objetivista da linguagem – que a diminui à sua função designativa (linguagem-mundo), numa concepção instrumentalista – em troca de uma noção que entende linguagem como ação, e os contextos dessa ação são nomeados por Wittgenstein como *formas de vida* que implicam em modos de uso da linguagem. “Essa atividade se realiza sempre em contextos de ação bem diversos e só pode ser compreendida justamente a partir do horizonte contextual em que está inserida” (OLIVEIRA, 1996, p. 138). Portanto, é necessário partir dos jogos da linguagem para entender os usos da linguagem em seus diferentes contextos.

Além dos pressupostos wittgensteinianos, Oliveira (1996, p. 149) destaca também as contribuições de Austin ao criticar a “ilusão descritiva da Linguística”⁷, através da teoria dos Atos de Fala, para a “reviravolta linguístico-pragmática”. Oliveira ainda acrescenta a tentativa de Searle ao se apropriar da teoria de Austin (após sua morte prematura) para dar continuidade na “finalização” dessa teoria como *legítimo* sucessor, fato este que causou discordância entre muitos linguistas contemporâneos, como é o caso de Rajagopalan (2010), que milita em prol da redescoberta dos Atos de Fala de Austin em sua essência, sem as

7. Expressão atribuída por José Luiz Fiorin (2012, p. 170).

intervenções de Searle (em seu aspecto mais logicista e formalista), em vista da emancipação da (Nova) Pragmática como disciplina autônoma e separada da Semântica.

Isso posto, compreendemos que através da e na linguagem nos constituímos em nossa subjetividade, definimos e contestamos toda a ordem social e suas implicações na política, na economia e na sociedade. Além disso, em conformidade com o princípio pós-estruturalista de que nenhum discurso é inocente (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 141), a linguística aplicada crítica – assim nomeada por Moita Lopes (*et al.* 2006) – assume essa tônica de tensões sociais, políticas e culturais presentes nas práticas sociais e jogos de linguagem e que se dissemina através de novas abordagens científicas, como a Pragmática.

1.1 Uma Nova Pragmática para antigos problemas linguísticos

A Nova Pragmática nasce de uma Linguística Aplicada crítica e sensível à linguagem através do e no mundo social, que subverte completamente a dicotômica relação teoria *versus* prática, ao afirmar a teoria como consequência da prática, de modo que não dá para separar uma coisa da outra.

Aqui encontramos sua gênese, uma Linguística Aplicada contemporânea que nasce a partir da tentativa de imitar a Linguística Teórica no que ela tinha de cientificidade para ser, posteriormente, uma luta contra a origem do próprio termo Linguística Aplicada. Primeiro, porque ela vai além da aplicação ao estudo da língua; segundo, porque o termo sugere um campo disciplinado no sentido *foucautiano*, isto é, comportado, com limites claramente definidos.

A vida é muito mais complexa do que as teorias; portanto, esse excesso de “disciplinarização” do conhecimento é prejudicial à pesquisa, porque a vida é muito mais ampla do que as teorias que se elaboram sobre ela. As teorias são significativamente limitadas em contemplar e acompanhar a complexidade da vida e das relações sociais.

Por conseguinte, essa *indisciplina* proposta por Moita e Lopes nos alerta para não nos acomodarmos a uma determinada teorização dominante sobre a língua, cientes de que tais teorias não vão oferecer todas as respostas para todos os nossos problemas⁸. Assim, encontramos na Pragmática os indícios eficazes de um projeto prático-teórico de renovação ou de reinvenção da nossa existência, um projeto social e epistemológico que não distancia a produção do conhecimento do seu meio social.

Vamos agora descrever as principais correntes da Pragmática, desde uma abordagem mais ortodoxa até a abordagem crítica e cultural. Afinal, viver as interações efetivamente nos confere “empoderamento” por meio do saber e da resistência.

1.2 Sobre a Pragmática: sua gênese e seu fazer

Seguindo o fluxo dessa reviravolta linguística – tendo ciência de que esse novo olhar transdisciplinar e “mestiço” (MOITE LOPES, 2006) sobre a Linguagem Aplicada aponta para novos construtos prático-teóricos – o nosso texto vai se posicionar evidenciando as novas *vozes do sul*, para problematizar tanto a (des)cortesia/violência linguística quanto os construtos prático-teóricos da linguagem/ação.

8. Síntese das anotações recolhidas do discurso proferido pelo Prof. Dr. Ruberval Ferreira, durante aula inaugural do semestre 2015.01, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará.

No que tange às vozes do sul, trata-se de uma expressão proposta por Boaventura de Sousa Santos, desde 1995, para indicar o conhecimento/epistemologia que vem das margens do mundo hegemônico, outrora colônias de exploração, e que seguem ainda nos dias de hoje tão subjugadas e excluídas no processo de construção de políticas internacionais, em quaisquer âmbitos, inclusive das políticas inerentes aos estudos linguísticos.

O sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistemológicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Essa concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12).

A despeito desses pensamentos, e considerando a nossa realidade brasileira que está imersa numa crise de identidades em situação de polarização político-ideológica, nosso trabalho caminha na senda da compreensão de um novo fazer pragmático, conjugando contribuições que ecoam das margens, das bases sociais para intervir neste mundo social, político e econômico, pautado por uma Era da Informação, tendo a linguagem lugar central para problematizar nossas vidas e nossas identidades.

Indubitavelmente, precisamos lançar mão de um *novo fazer* linguístico, para colaborar não apenas com novos subsídios teóricos, mas para oportunizar práticas sociais transformadoras, pois “se a identidade linguística está em crise, isso se deve ao excesso de informações que nos circunda e às instabilidades e contradições que caracterizam tanto a linguagem como as relações entre as pessoas” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 59).

A reboque dessa visão retrospectiva sobre a urgência de uma Linguística Aplicada Crítica, encontramos na Pragmática uma das principais vertentes do pensamento contemporâneo, quer pela sua influência nas ciências humanas, quer pelo desconforto que a mesma causa em alguns linguistas, ao romper com antigos métodos de pesquisa. Nesse contexto, buscamos em Marcondes (2000) referências introdutórias para uma conceituação genérica sobre Pragmática e, posteriormente, seguimos aprofundando não apenas outros conceitos, como também as múltiplas formas de aplicação prática de conhecer/resistir/interagir no mundo social, através da linguagem.

Com relação à etimologia da palavra Pragmática, cabe salientar sua origem na língua grega, em que “pragma (πράγμα)” significa “coisa feita”. Marcondes (2000) nota ainda que os romanos, quando traduziram *pragma* pelo *res* (coisa, em latim), perdeu-se o sentido do *fazer* em grego.

No percurso histórico da filosofia contemporânea, o termo Pragmatismo data do final do século XIX, em meio a discursos conflitantes que favoreceram as condições para um novo modo de pensar, como enumera Bausola (1999): os limites teóricos da ciência, o renovado interesse pela lógica, a insatisfação de filósofos às teses metafísicas do idealismo neo-hegeliano e as contribuições da psicologia. Tais condições possibilitaram assim partir de uma tese, a saber, “o valor de uma enunciação teórica depende de sua verificação prática” (BAUSOLA, 1999, p. 459).

Segundo esse autor, essa teoria tem início com Charles Sanders Peirce, no artigo *How to make our ideas clear*, de 1878, tornando-se conhecido por sua *teoria do significado*, ou *semiótica*, conforme defendia. Entretanto, estudando o artigo de Marcondes (2000), encontramos outra informação histórica que confere ao filósofo Kant (1804) a utilização da expressão Pragmatismo ou Filosofia Pragmática para

fazer referência não apenas à distinção entre teoria e prática, mas à defesa da primazia da razão prática à teórica⁹.

Outros filósofos e linguistas são citados nessa obra que apresenta a historicidade conceitual do Pragmatismo/Pragmática, como os estadunidenses William James (1842-1910) que relaciona empirismo radical e o pragmatismo; John Dewey (1859-1952), em sua versão operativista, concebia o pragmatismo na perspectiva da lógica e da epistemologia, da psicológica-antropológica, da ética e da pedagógica¹⁰.

E assim, na mesma proporção que as correntes filosóficas vão lançar mão do termo Pragmatismo os estudos da linguagem vão aderir ao termo Pragmática, ao se constituir como ciência da linguagem em uso.

No âmbito da historiografia linguística, especificamente, a Pragmática se constitui, em linhas gerais, para ser subsidiária da Semântica¹¹, nasce com uma preocupação que se instala, inicialmente, na vertente

9. Marcondes cita a obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, de Immanuel Kant.

10. Por uma questão de opção teórica e limitação inerente ao *fazer* dissertativo deste texto, não foi possível nos deter pormenorizadamente sobre esses pensadores semiótico-pragmaticistas, apesar de termos lido na obra referida e de, conseqüentemente reconhecer o valor histórico e reflexivo das suas respectivas abordagens. Talvez em futuras pesquisas, com objetivos outros, lancemos novamente um olhar aprofundado nas suas teorias.

11. Segundo Roberta P. Oliveira (2012, p. 23), a Semântica tem como seu objeto o “significado” das palavras e das sentenças. Em perspectivas mais recentes, seu objetivo é, ainda conforme essa autora, “descrever a capacidade que um falante tem para interpretar sentenças de sua língua”. Tradicionalmente, pode ser estudada em duas abordagens: *Semântica Lexical* (PIETROFORTE; LOPES, 2012, p. 111) em que a linguagem não se refere ao mundo físico, exclusivamente, mas ao mundo de sentido construído pelo homem; para a linguista dessa vertente, não é pertinente estudar o mundo material, mas investigar como as línguas o interpretam e categorizam, dando sentido. E a *Semântica Formal* (MÜLLER; VIOTTI, 2012, p. 137) que estuda a relação que ocorre entre as expressões linguísticas e o mundo; as línguas naturais são usadas para estabelecer uma referencialidade. Logo, assimilar o significado de uma sentença implica em validar sua condição de verdade ou falsidade.

lógica da linguagem para, em seguida, direcionar-se a uma vertente da linguagem comum em seu uso, ordinária do cotidiano.

Na esteira dessa gênese eminentemente linguística, Armengaud (2006) utiliza a mais antiga definição do termo Pragmática, de Charles Morris¹² – “A pragmática é a parte da semiótica que trata da relação entre os signos e os usuários dos signos” – para comparar com uma conceituação mais integradora de Francis Jacques¹³: “A pragmática aborda a linguagem como fenômeno simultaneamente discursivo, comunicativo e social” (ARMENGAUD, 2006, 11).

Vale ressaltar que as datas e pensadores supracitados, necessariamente, não divergem entre si, posto que enquanto Bausola e Marcondes se fundamentam em dados da historiografia filosófica moderna e contemporânea, Armengaud faz um recorte histórico-linguístico do século XX. O que vale, nesse sentido, é a compreensão do assunto em sua multiplicidade integradora, no sentido de conceber Pragmática como estudos da linguagem concernentes ao seu uso na comunicação.

Tendo em vista uma transformação do nosso conhecimento sobre esse postulado da pragmática, sintetizamos os cinco mitos que Marcondes problematiza e desvela (2000, 41-45):

- 1) *A pragmática elimina/reduz a importância do conceito de verdade*¹⁴. Para o autor, a Pragmática critica e complementa a noção de verdade com as noções de sucesso e felicidade, a partir da linguagem como ação;
- 2) *A pragmática leva ao relativismo e o relativismo equivale ao “vale tudo”*. Isso não procede, porque o significado não é

12. Charles Morris, Scientific Empirism. In Neurath et al. 1938; 1955.

13. F. Jaques, Dialogiques. Paris: PUF, 1979.

14. No âmbito da filosofia tradicional/racionalista.

visto como arbitrário, mas dependente do contexto; as regras e condições de uso da linguagem excluem a arbitrariedade;

3) *A pragmática inviabiliza a ciência*. Do saber teórico ao aplicado e prático, hoje as teorias científicas são tidas como jogos de linguagem, com convenções e objetivos próprios;

4) *A pragmática torna a ética impossível*. Observamos que o pragmatismo questiona o caráter absoluto e universal dos valores éticos, e não os impossibilita; os conceitos éticos são analisados em relação aos contextos de uso e às *intenções*¹⁵ dos seus usuários/interactantes, considerando ainda que a convencionalidade social faz com que aqueles que os adotam tornem-se responsáveis por sua validade e por seu cumprimento, podendo ser cobrados nesse sentido. Aqui, por exemplo, encontramos significativo respaldo teórico para aproximar a descortesia linguística à responsabilidade dos enunciados da propaganda violenta;

5) *A pragmática impossibilita uma filosofia crítica*. Na contramão desse argumento, Marcondes (2000) afirma que a crítica deve ser concebida como uma dinâmica reflexiva do pensamento, e não um mero suporte para uma verdade absoluta.

Em consonância com os autores anteriormente citados, as primeiras reflexões de Pinto (2012) reforçam a tese de que a Pragmática explica a linguagem em uso e não deve descartar nenhum elemento não convencional, posto que os fenômenos linguísticos são também formados por “elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem” (PINTO, 2012, p. 56).

15. No decorrer do nosso trabalho, problematizaremos o conceito de *intencionalidade*, na perspectiva da Nova Pragmática, ao reler J. Austin.

Partindo da proposição de que o lugar da língua é no mundo social¹⁶ e que seu funcionamento e efeito ocorrem em atos de fala¹⁷, Pinto (2012) classifica os estudos pragmáticos em três grupos principais: o pragmatismo estadunidense¹⁸, o estudo dos atos de fala e os estudos pragmáticos interdisciplinares (que resultaram na Nova Pragmática e na Pragmática Cultural).

Tendo em vista o caráter sintético – porém não menos denso – da linguista citada acima, lançamos mão de outros estudos mais detalhados sobre o *fazer* Pragmático. Em Levinson (2007), encontramos um profícuo compêndio que contempla tal fenômeno. De início, o autor reconhece deficiências e limitações nas conceituações, isso porque “o termo *pragmática* abrange tanto aspectos da estrutura da linguística dependentes do contexto como princípios do uso (...) que tem pouca relação com a estrutura da língua” (LEVINSON, 2007, p. 10). Logo, o autor não encontra um conceito que satisfaça plenamente tais aspectos, mas destaca alguns conceitos mais promissores, sobretudo, quando “igualam pragmática a ‘significação semântica’ ou a uma teoria de compreensão linguística que leva em consideração o contexto como complemento da contribuição que a semântica dá ao significado” (LEVINSON, 2007, p. 38).

Dessa forma, o autor esclarece a função que a pragmática tem na teoria linguística em geral: “há necessidade de um tipo de teoria pragmática que possa ocupar seu lugar ao lado da sintaxe, da semântica e

16. Conforme os estudos de Jacob Mey. *Whose language? A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: JJohn Benjamins, 1985.

17. Teoria dos Atos de Fala de John L. Austin, assunto que aprofundaremos mais adiante.

18. No texto original, a autora usa o adjetivo gentílico *norte-americano* para o qual, por uma questão político-ideológico-pragmática, preferimos substituí-lo por *estadunidense*.

da fonologia dentro de uma teoria geral da gramática” (LEVINSON, 2007, p. 39). Apesar da natureza geral dos fenômenos de que se ocupa a pragmática, Levinson (2007) afirma que

Partindo de sequências de enunciações, consideradas em conjunto com algumas suposições de fundo a respeito do uso linguístico, podem comportar inferências altamente detalhadas a respeito da natureza das suposições que os participantes estão fazendo e dos fins para os quais as enunciações estão sendo usadas. Para participar do uso linguístico comum, devemos ser capazes de fazer esse tipo de cálculo, na produção e na interpretação. Essa capacidade independe de crenças, sentimentos e usos idiossincráticos (...) e baseia-se, na maior parte, em princípios bastante regulares e relativamente abstratos. A pragmática pode ser considerada a descrição desta capacidade, já que opera para línguas específicas e para a língua em geral. Tal descrição deve certamente desempenhar um papel em qualquer teoria geral da linguística (LEVINSON, 2007, p. 64).

Em razão do exposto, Levinson (2007) delimita um campo teórico-prático como lugar da Pragmática. São vertentes da Pragmática que constituem o *fazer* pragmático, desde sua primeira versão logicista/cientificista para a interacional/social. Estamos nos referindo às inferências pragmáticas Dêixis¹⁹, da Implicatura Conversacio-

19. Em resumo, trata-se do modo em que as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala e, portanto, também diz respeito a modos em que a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação (LEVINSON, 2007, p. 65).

nal²⁰, da Pressuposição²¹, dos Atos de Fala²² e da Estrutura Conversacional²³. Enquanto esta se fundamenta na tradição empírica da pragmática, as anteriores têm como foco a tradição filosófica, esclarece o autor.

20. Citando Grice (*Logic and conversation*. In COLE; MORGAN, 1975) o autor evidencia uma teoria que trata de como as pessoas usam a língua, em quatro *máximas da conversação*, que juntas correspondem a um *princípio cooperativo* geral: a máxima de qualidade; a máxima de quantidade; a máxima do modo. As máximas especificam o que os interactantes tem de fazer para conversar de modo maximamente eficiente, racional e objetivo, informando o suficiente. (LEVINSON, 2007, p. 126-127). Observamos que as inferências surgem para preservar a suposição de cooperação. Levinson destaca ainda as cinco propriedades de implicatura, segundo Grice: a) são anuláveis; são não descartáveis (estão ligadas ao conteúdo semântico do que é dito e não à forma linguística, exceto às que se devem à máxima de modo); são calculáveis; são não convencionais (não fazem parte do significado convencional das expressões linguísticas); podem não ser determináveis. (LEVINSON, 2007, p. 147).

21. Fundamenta-se na estrutura linguística efetiva das sentenças, e não podem ser chamadas de semânticas no sentido preciso, pois são relacionadas aos fatores contextuais. (LEVINSON, 2007, p. 209). A preocupação com a teoria lógica do filósofo Frege (1892) chega aos estudos da linguística no sentido de criar uma teoria da pressuposição, postulando que as expressões referenciais e as orações temporais carregam pressuposição e que realmente fazem referência; uma sentença e o seu complemento negativo compartilham o mesmo conjunto de pressuposições (LEVINSON, 2007, p. 212).

22. Dada à relevância dessa vertente pragmática para o surgimento da Nova Pragmática, estudaremos mais amiúde os Atos de Fala ainda neste capítulo, haja vista a centralidade do pensamento de John Austin para a análise do nosso *corpus*.

23. Organização conversacional: fala em que dois ou mais participantes se alternam livremente (turnos de fala); deve-se estudá-la por meio de técnicas empíricas de investigação do uso da linguagem (Levinson, 2007, p. 362). O autor distingue aqui duas abordagens, *Análise do Discurso* e *Análise da Conversação*, que buscam oferecer uma explicação de como a coerência e a organização sequencial do discurso são produzidas e compreendidas linguagem (Levinson, 2007, p. 363). Ainda sobre a Estrutura Conversacional, destacamos aqui algumas considerações de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 76), ao relacionar a Análise da Conversação com o funcionamento da polidez nas interações verbais, no intuito de “preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 77). Aprofundaremos com mais precisão essa relação nas próximas seções deste capítulo.

1.3 Atos de Fala: a voz de Austin sobre a performatividade da Pragmática na interação social

Dentre os grupos de estudos pragmáticos (ou inferências pragmáticas), a teoria dos Atos de Fala tem sido referência significativa para nossas análises sobre (des)cortesia no discurso publicitário. Isso se deve a sua estreita relação com uma perspectiva inovadora da vertente pragmática, ao ressaltar a dimensão histórica, cultural e social da linguagem em uso. Estamos falando da Nova Pragmática²⁴, que surge, sobretudo, no (contra)fluxo de um retorno/centralidade a de John Langshaw Austin, precursor da teoria dos Atos de Fala (1990), como resistência e oposição à interpretação *legitimada*²⁵ dessa teoria desenvolvida por John Searle, como elucida Pinto (2012).

Para uma melhor compreensão dessa associação entre esses estudos, optamos igualmente por centralizar nossas reflexões pragmáticas na fonte primeira dos Atos de Fala, *Austin falando por Austin* por meio de uma vertente crítica, e não pela abordagem universalista de Searle sobre Austin.

O motivo disso pode ser muito bem argumentado a partir deste prisma: enquanto Austin examina meticulosamente a partir da e na linguagem comum em sua aplicabilidade no cotidiano, “Searle defende que não é na palavra que devemos nos concentrar, mas no conceito abstrato, naquilo que se presta a generalizações universais, translinguísticas” (RAJAGOPALAN, 2010, p.109).

24. Tema proposto para o próximo tópico deste capítulo.

25. Devido ao falecimento prematuro do filósofo Austin (1960), J. Searle assume não apenas a cátedra vacante de Austin na Universidade de Oxford, mas sente-se incumbido para “finalizar” o que Austin não conseguiu, e disseminar os Atos de Fala a partir de sua interpretação.

Inspirado pela filosofia analítica de Wittgenstein e vinculado à Universidade de Oxford, onde desenvolveu a Filosofia da Linguagem Normal para dar conta do “novo critério de sentido: o uso” (OLIVEIRA, 1996, p. 150), Austin atuou também em outras universidades estadunidenses, como Harvard, onde proferiu as *Conferências de William James*, em 1955.

O resultado dessas incursões no campo linguístico resultou na compilação dessas conferências por terceiros na obra póstuma *How to do thing with words*²⁶, de 1962, dois anos após seu falecimento, que apresenta – na filosofia da linguagem ordinária – a linguagem como uma ação e não como representação da realidade. A teoria da linguagem performativa (teoria da ação), em Austin, é constituída ainda por aspectos relacionados ao contexto, convenções de uso e intenções dos interactantes, considerando o significado/análise de uma enunciação.

Segundo Oliveira (1996), Austin apresenta essa sua tese central (linguagem/ação social/performatividade da linguagem) muito similarmente à de Wittgenstein²⁷, pois ambos partem da experiência social dos indivíduos, em interação, em que “linguagem e sociabilidade se imbricam mutuamente” (OLIVEIRA, 1996, p. 165). Para assimilar tal proposição, convém ressaltar o que Austin propõe em sua teoria, “rompendo as fronteiras entre o linguístico e o filosófico” (OTTONI, 1998, p. 11).

26. Utilizamos a tradução para o Português *Quando dizer é Fazer*, de Danilo Marcondes de Souza Filho (1990), conforme bibliografia.

27. Cf. *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein. “Nossos jogos de linguagem claros e simples não são estudos preparatórios para uma regulação futura da linguagem, - não são, por assim dizer, aproximações preliminares, sem levar em conta o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objeto de comparação, os quais, por semelhança e dissemelhança, devem lançar luz nas relações de nossas linguagens” (WITTEGSTEIN, 2013, p. 75-76).

1.4 O método de Austin pelas regras de uso da linguagem

Acenamos anteriormente ao fato de que Austin privilegia a função performativa da linguagem, ao preterir a sua função descritiva. Para tanto, tendo diante de si a problemática da veracidade – que ele vai preferir chamar de felicidade – acerca das declarações ou enunciações, Austin inicia sua reflexão, distinguindo-as entre *constatativas*, com o propósito de “registrar ou transmitir informação acerca dos fatos” (AUSTIN, 1990, p. 22) e *performativas*, porque “ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (AUSTIN, 1990, p. 25).

Entretanto, o filósofo da linguagem chegará à conclusão de que até mesmo o que ele chamava de *constatativo* é uma enunciação *performativa*, pois “dizer algo é fazer algo” (AUSTIN, 1990, p. 25).

O autor salienta, também, que o proferimento performativo (invariavelmente ao fator verdade x falsidade) está sempre suscetível à crítica, resultando em infelicidades. Nesse sentido, Austin cria seis regras para ajudar a analisar a (in)felicidade dos enunciados.

Caso haja transgressão de uma dessas regras, o ato de fala/performativo tem grande probabilidade de resultar em um enunciado ineficaz. Na análise combinatória de transgressão das regras, Austin delimita infelicidade como *desacertos, abusos, má invocações, má aplicações, má execuções, falhas e tropeços*. Há ainda os *atos intencionados*²⁸ nulos em decorrência da *insinceridade, infrações e casos de não cumprimento*. Vejamos as regras:

28. Essa delimitação de infelicidade do ato performativo como ato intencional nulo será um dos objetos de problematização que a Nova Pragmática vai trazer, o que nos ajuda na reflexão deste trabalho.

(A1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que (A2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B2) completo.

(I1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos e **intenções**, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca, deve ter de fato tais pensamentos, sentimentos e **intenções**, e os participantes devem ter a **intenção** de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(I2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente. (AUSTIN, 1990, p. 31).

No que diz respeito à noção de *intenção* nas declarações performativas, Austin confessa haver limitações em definir e em determinar a relação entre prometer algo e efetivamente cumpri-lo. Segundo ele, “há uma dificuldade em definir o que se constitui uma ação subsequente distintamente do que constitui meramente o ato de completar ou consumir uma mesma ação” (AUSTIN, 1990, p. 50).

Austin (1990, p. 50) fala da dificuldade em determinar, argumentando, se o discurso/ato efetivamente resulta em ação pretendida, como no exemplo “Eu te batizo” ou no aqui citado por nós, “*Ofereço*

minha vida”, e a realização dessa oferta. Distingue ainda “os casos em que uma determinada intenção é necessária de casos particulares, em que é necessário algo mais para levar a cabo certo comportamento” (AUSTIN, 1990, p. 50).

Por exemplo, para dizer “Eu te batizo”, é preciso que haja um comportamento adicional ao falante (ser uma referência religiosa) para que se cumpra o ato, sob o risco de se classificar meramente como um ato intencionado. “Posso expressar minha intenção dizendo simplesmente, ‘Eu o farei’, mas é necessário que no momento de dizer isto eu tenha a intenção correspondente para meu ato não ser insincero” (AUSTIN, 1990, p. 50).

Seguindo as reflexões, Austin esclarece pormenorizadamente o conceito de ato *performativo*, e não vê critérios suficientes para distingui-los dos *atos constatativos*, pois as sentenças são usadas nas duas perspectivas, em contextos distintos.

Assim, o filósofo trabalha com o conceito de *performativos explícitos*, uma vez que “a explicitação torna mais clara a força do proferimento, ou seja, como deve ser considerado” (AUSTIN, 1990, p. 70).

O performativo explícito, apesar de eliminar os equívocos em vista da manutenção relativamente estável do sentido, não resolve todas essas dificuldades, afirma Austin, mesmo lançando mão de certos recursos linguísticos associados ao desempenho do performativo explícito, como aponta Austin (1990, p. 70-73):

- i) *Modo*: uso comum do verbo no imperativo; a fala torna-se ordem;
- ii) *Tom de voz, cadência, ênfase*: usar instruções junto aos diálogos;
- iii) *Advérbios e expressões adverbiais*;

- iv) *Partículas conectivas*;
- v) *Elementos que acompanham o proferimento*: gestos e atos cerimoniais não verbais;
- vi) *Circunstâncias do proferimento*: o contexto

Austin distingue ainda os atos performativos como “frases convencionais puramente usadas como fórmulas de cortesia” e “casos em que se adapta a ação à palavra” (AUSTIN, 1990, p. 78). Apesar do autor, num primeiro momento, conjecturar sobre a possibilidade de enunciados desses dois tipos não serem performativos, ao final da obra, Austin conclui que todo “dizer é fazer algo” (AUSTIN, 1990, p. 83).

Logo, *cortesia* e *adequação da ação à palavra* são também atos performativos. Isso nos confere mais interesse em aproximar Austin dos estudos sobre (Des)Cortesia, sobretudo, na perspectiva de uma Nova Pragmática Sociocultural.

Na oitava conferência, Austin (1990, p. 85) acrescenta ainda a noção de atos performativos do *dizer é fazer*, que reforça sua desconstrução sobre aqueles *constatativos*. Dessa forma, pelo simples fato de proferirmos algo que tem um significado (sons relacionados a uma linguagem e dotado de sentido/realidade), num primeiro momento, realizamos o *ato locucionário*. Num segundo momento, ao proferirmos algo (ao aconselhar, manifestar, perguntar, etc.), executamos um *ato ilocucionário*. Ou seja, dizer algo implica em lançar mão de *forças ilocucinárias*. Por fim, ao falarmos algo, produzimos certos efeitos ou conseqüências em relação ao nosso interlocutor e a terceiros, trata-se de *atos perlocucionários*.

Austin afirma ainda que tal ato pode ser produzido com a “intenção” de produzir tais efeitos. Assim, “para realizar um ato ilocucionário é necessário realizar um ato locucionário” (AUSTIN, 1990, p. 98).

Enquanto os atos ilocucionários são convencionais, os perlocucionários não são convencionais, mesmo utilizando atos convencionais para produzir o ato perlocucionário.

Na empreitada de isolar o ato ilocucionário do perlocucionário, destacamos aqui um ponto de suma importância no nosso estudo. Diz respeito à noção de *uptake* (*apreensão*) em Austin para ajudar a delimitar o ato ilocucionário que está relacionado à produção de efeitos: “a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar a sua apreensão” (AUSTIN, 1990, p. 100). Mais adiante, vamos refletir sobre o *uptake* na perspectiva crítica de Ottoni (1998), que favorece os postulados para uma nova pragmática que discute, entre outros temas, a questão do contexto e da recepção/apreensão/*uptake* dos sujeitos na interação social, mediante a problemática da responsabilidade sobre os atos perlocucionários.

Em meio às distinções entre o ilocucionário e o perlocucionário, Austin (1990, p. 119) problematiza a questão da dimensão verdade-falsidade. Ao proferir tais atos, a busca pelo valor verdade-falsidade se encontra tanto no significado das palavras, quanto no tipo de ato que, ao dizer algo, estamos executando, assim como nos contextos em que o realizamos.

Por fim, Austin (1990, p. 123) classifica as categorias de proferimentos em conformidade à sua força ilocucionária: *vereditivos* (exercício de julgamento), *exercitivos* (afirmação de influência, exercício de poder), *comissivos* (assumir uma obrigação ou declarar uma intenção), *comportamentais* (adoção de uma atitude) e *expositivos* (esclarecimentos de razões, argumentos e comunicações).

Nova Pragmática e a responsabilidade discursiva: atos de fala indissociáveis à prática sociocultural dos sujeitos interactantes

Estamos em um novo horizonte comum de sentido que não suporta mais subdividir os sujeitos e suas práticas socioculturais em frações dissociadas e delimitadas para tentar estudar e compreender a universalidade. Aliás, é preciso até mesmo questionar a noção do termo universalidade, uma vez que corremos o risco de extinguir subjetividades na tentativa de objetivar sobre os sujeitos na vida ordinária.

Por isso, preferimos substituir *universalidade* por *pluriversidade*, ou *coletividade* ou ainda *vida social*, pois nos parece respeitar particularidades e subjetividades dos sujeitos em sua realidade. Fundamentando-nos na antropologia filosófica de Vaz (1998, p. 140), a expressão *homem universal* concebida pela tradição filosófica ocidental (de Platão a Hegel), em linhas gerais, entendia o homem como reflexo ou receptáculo intencional de toda a realidade.

Já na filosofia contemporânea e nas antropologias filosóficas contemporâneas, o homem passa a ser visto como *pluriversal*, em que se reconhece a “*pluridimensionalidade* dos sentidos que a experiência de seu próprio ser revela ao homem” e se constrói “um discurso englobante e coerente sobre a totalidade da experiência humana” (VAZ, 1998, p.

141). Esse filósofo cita, como exemplo, Paul Ricoeur²⁹, cujas reflexões sobre a *pluriversidade* do sujeito humano apontam para dois sentidos que constituem a presença do homem na realidade, que são o *pensamento* (aqui o homem descobre a ordem da realidade) e a *ação* (em que o homem constrói a sua ordem humana de sua presença no mundo, como a linguagem).

Na senda dessas reflexões, convém acrescentar o que diz Armen-gaud (2006). Para a autora, o surgimento da pragmática se dá “sob o signo irreversível da pluralidade (...) e da unificação, ela [a pragmática] prossegue num trajeto plural” (ARMENGAUD, 2006, p. 152).

Nesse sentido, o posicionamento crítico e o posicionamento inter/transdisciplinar, advindo das ciências humanas do século XX, têm respaldado pesquisadores no sentido de contribuir com novos métodos e reflexões para dar unidade na diversidade. Esses cientistas se baseiam na imbricação prático-teórica dos seus construtos, mediante toda a complexidade inerente aos seus *sujeitos/objetos* de estudo.

Seguindo o mesmo pensamento, a Nova Pragmática se desponta “transgredindo” os estudos pragmáticos ortodoxos que concebia o uso linguístico como “um” dos elementos da linguagem, como defendia Carnap³⁰. Por exemplo, Pinto (2012) é categórica ao afirmar que a linguagem em uso para a Nova Pragmática é o único caminho produtivo de se pensar o fenômeno linguístico. “*Dizer é fazer*: a prática social que chamamos linguagem é, para a Pragmática atual, indissociável de suas consequências éticas, sociais, econômicas, culturais” (PINTO, 2012, p. 75).

29. Paul Ricoeur. *The Future of Values 21st Century Talks*. Edited by Jérôme Bindé, UNESCO Publishing/Berghahn, Books, 2004.

30. Obras principais: *Introduction of semantics, Cambrigge Mass.* 1942; *Meaning and Necessity, Chicago, The University of Chicago Press*, 1947, dentre outros.

No que diz respeito ao método de estudo, a Nova Pragmática defende um caminho “de pesquisa sobre, para e com os sujeitos sociais; um quadro metodológico que permita aos pesquisadores interagirem com suas informantes e seus informantes” (PINTO, 2012, p. 75). Para a pesquisadora, um dos pioneiros desse novo fazer pragmático é Rajagopalan, que problematiza as “leituras oficiais” de Austin, iniciando com a discussão ideológica da “linguagem como ação, representação, espaço” (PINTO, 2012, p. 76).

Esse posicionamento é reforçado pelos linguistas cearenses Silva, Ferreira e Alencar (2014, p. 17), por admitirem que Rajagopalan apresenta uma solução para as questões linguísticas que abrangem não apenas o saber da lógica, mas também a sua dimensão social. Dito de outra forma, Rajagopalan propõe “partir da prática, da práxis, do *pragma* e, como resultado, chegar a uma explicação válida” (SILVA; FERREIRA; ALENCAR, 2014, p. 19), desconfiando dos limites entre a semântica e a pragmática, assim como a dicotomia dos *atos constatativos e performativos*, em Austin.

Declarações como “não é de estranhar que nas mãos de Searle, o pensamento de Austin tenha se transformado em algo irreconhecível” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 17) e “muitos estudiosos nem sequer reconheceram que tais mudanças ocorreram, continuando a insistir em uma continuidade automática entre os dois” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 17) proporcionam uma percepção diferente para a teorização sobre os Atos de Fala, no sentido de obter – por meio desse retorno a Austin – novos enfoques do *dizer é fazer* na vida social ordinária dos interactantes. Aqui reside um dos princípios para iniciar uma trajetória da Nova Pragmática, para problematizar antigas questões da humanidade.

Rajagopalan (2010) usa o termo Nova Pragmática com o intuito de identificar suas reflexões sobre o pensamento de Austin, por meio de “uma leitura não searliana, por entender que as diferenças são irreconciliáveis” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 18).

O linguista retoma, portanto, *How to Do Things with Words*³¹ (1962) e evidencia o caráter performativo da enunciação, em sua possibilidade de felicidade e infelicidade, conforme contextos do ato/fala. Em outras palavras, a linguagem é eminentemente performativa. Acompanhemos o excerto abaixo em que Rajagopalan argumenta sua crítica à leitura de Austin por Searle:

Searle reinterpreto Austin e recolocou suas ideias na velha trilha da tradicional filosofia analítica. Nesse processo, muitos dos elementos subversivos do pensamento de Austin foram ou subvalorizados ou simplesmente ignorados. Não há dúvida de que a apropriação de Austin por Searle contribuiu para que Austin se tornasse um nome familiar em disciplinas como a linguística, mas muitos críticos lamentam o fato de o Austin apropriado por Searle ser apenas uma voz distante de um Austin que vigorosa e implacavelmente defendeu a filosofia linguística (RAJAGOPALAN, 2010, p. 28).

O enunciado performativo em Austin tem sido responsável, em certo sentido, por inspirar as reflexões de Butler (2004), bem como as de Derrida (1991). No Brasil, linguistas como Ottoni (1998); Silva,

31. Antes da tradução para o Português, a obra *How to do things with words* de Austin tem sua 1ª edição em 1962, sendo organizada por J. O. Urmson e a 2ª edição de 1975, por Marina Sbisá e J. O. Urmson.

Ferreira e Alencar (2014); Santos (2014) e outros estão empenhados na construção coletiva de um pensamento que, além de reconhecer/aplicar o caráter performativo da linguagem, problematiza questões como violência linguística e responsabilidade dos atos performativos, ampliando e criticando outras noções, como *uptake*, em Austin.

A despeito de *uptake* (apreensão), vimos anteriormente que é a mais significativa forma de distinguir o ato ilocucionário do perlocucionário, porque com a *apreensão/uptake* “fica mais claro que a referência que vai estar diretamente ligada ao momento da enunciação não se dá mais no nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa” (OTTONI, 1998, p. 80).

Portanto, a ocorrência de um ato ilocucionário implica em garantir sua *apreensão*, e a referência vincula-se ao conhecimento que um sujeito tem ao proferir/interagir algo. Esse sujeito passa a ser, para Austin, ente de linguagem, ou “entidade extralinguística”, isto é, no momento da interação/enunciação, o sujeito se constitui, como sintetiza Ottoni (1998, p. 81).

Toda essa nova abordagem, em que o significado depende do sujeito e do tempo-lugar da sua enunciação, vai instigar não apenas novos métodos pragmáticos, como também, problematizar a política linguística em voga. Por exemplo, no que concerne à política da Nova Pragmática, Rajagopalan (2010, p. 41) destaca um movimento “de fora para dentro”, cuja função é de libertar a pesquisa linguística da tendência canônica, evidenciando o aspecto autônomo do falante, mediante o posicionamento sociocultural do uso da linguagem.

Na contramão da historiografia pragmaticista, que se preocupa com o caráter cientificista e universalizante, Rajagopalan (2010) nos motiva a reler Austin, a fim de recuperar a função original dos atos ilocucio-

nários, “o de serem unidades de análise indissolúvelmente culturais, compreensíveis apenas enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (RAJAGOPALAN, 2010, 65).

Rajagopalan destaca em Derrida (1991), uma proposta desconstrutivista de leitura a Austin, salientando que o caráter “aberto” e “transformador” – preocupado mais com as problematizações do que com as soluções/teses – da obra é uma das suas maiores contribuições. Podemos então supor que os conceitos de Derrida (1991, p. 17-19) sobre “ausência” e “iterabilidade”, advêm de uma base reflexiva dos atos performativos da fala. A ausência é o esgotamento progressivo da presença; a ausência de algo outrora presente faz surgir assim o signo, a imaginação e a memória.

E na ausência de algo/ato ou do destinatário, a comunicação escrita uma vez repetível, isto é, iterável se faz presença na ausência, segue determinando destinatários e emissores, apesar da ausência, por causa da ruptura da presença. Derrida explica melhor tal fenômeno no fragmento a seguir:

Não há código – *organon* de iterabilidade – que não seja estruturalmente secreto. A possibilidade de repetir e, pois, de identificar as marcas está implicada em todo código, faz deste uma grade comunicável, transmissível, decifrável, iterável por um terceiro, depois para todo usuário possível em geral. Toda escrita deve, pois, para ser o que ela é, poder funcionar na ausência radical de todo destinatário empiricamente determinado em geral. E essa ausência não é uma modificação contínua da presença, é uma ruptura da presença, a “morte” ou a possibilidade da “morte” do destinatário inscrita na estrutura da marca (DERRIDA, 1998, p.19).

As razões pelas quais Derrida (1998, p. 26-27) se interessa pela problemática do performativo em Austin podem ser resumidas nos seguintes argumentos: por considerar atos de discurso como atos de comunicação produzidos a partir da realidade do falante; pela originalidade da categoria de comunicação; pelo performativo não ter seu referente fora de si ou antes de si, mas cria e transforma uma situação e; finalmente, por Austin subtrair a análise do performativo à autoridade do valor de verdade.

Não obstante, Derrida observa que todos os obstáculos identificados por Austin se localizam na problemática da presença e da escrita. Tal percepção levou Derrida (1998, 35) a pensar sobre a “assinatura” de um autor nos enunciados escritos, em relação com o “presente e a fonte”.

Afirma o Derrida: “uma assinatura escrita implica a não-presença atual ou empírica do signatário. Mas, dir-se-ia, marca também e retém seu ter-sido presente num agora passado (...) agora futuro (...)” (DERRIDA, 1998, p. 35). Esse modo *transcendental de permanência* está escrito no presente, como “assinatura”, assegurando a reprodutibilidade pura de um fato puro, como “acontecimento de assinatura”.

Conforme esse autor, as implicações da assinatura são fenômenos recorrentes no mundo, como se constata na análise de Dissertação de Moreira (2016), ao identificar possíveis assinaturas dos discursos descorteses/violentos na publicidade brasileira, mantendo determinados sistemas de significação, ou ainda resignificando, a partir da iterabilidade, da repetição com ruptura, pois, como vimos em Claudiana Alencar e Dina Ferreira (2014, p. 199), Derrida interpreta os atos performativos a partir do caráter iterável.

2.1 O problema da intencionalidade para se pensar a responsabilidade: (des)caminhos para a performatividade dos atos de fala

Os estudos sobre a Nova Pragmática, como discorreremos, tem suscitado uma onda positiva de produções críticas acerca do fenômeno linguístico na prática social dos sujeitos. Ottoni (1998, p. 12), igualmente crítico à leitura de Searle sobre Austin, é um dos linguistas que reconhece a contribuição de Austin para uma virada linguística em diversas áreas que abordam a linguagem em uma visão performativa pós-moderna, a partir de uma vinculação indissociável entre sujeito e objeto. Paraphrasing Ottoni, “na visão performativa, o sujeito falante empírico se constitui como sujeito através do *uptake*, que, sendo o lugar do deslocamento da intencionalidade, subverte o papel centralizador e consciente deste sujeito” (OTTONI, 1998, p. 13).

Neste subitem, nosso olhar se deterá nas reflexões sobre a problemática da intencionalidade para a Nova Pragmática e, conseqüentemente, a responsabilidade pelos atos proferidos, sobretudo, iteráveis. *Grosso modo*, partiremos das reflexões de J. Mey, Karla dos Santos, Daniel Silva e Claudiana Alencar (2014, p. 28) que concebem o fenômeno *intenção* como escalar e gradual:

Em várias situações, de fato temos intenções pré-definidas e delimitadas do que vamos fazer ou dizer, mas em várias outras a intenção é definida *a posteriori*, negociada pelos participantes do evento comunicativo ou mesmo reinterpretada (SILVA; FERREIRA; ALENCAR, 2014, p. 28)

Os autores Silva; Ferreira e Alencar (2014, p. 29) admitem haver, “do ponto de vista puramente individual ou cognitivo”, alguma “intenção prévia” entre dois falantes, mas é a interação/relação pareada “enunciação-apreensão (*uptake*, em Austin)” que confere sentido/realização aos turnos de um ato de fala, no transcurso temporal em que algo foi proferido/realizado. Os autores fundamentam também essa visão social de “intencionalidade” ao citar Wittgenstein, concebendo o verbo/ação *intencionar* como obrigação permanente, como acontecimento em nossa práxis comunicativa.

Cientes da impossibilidade de estudar a linguagem humana de modo fragmentada e institucionalizada (“fronteiras institucionais”), um novo “fazer” pragmático é naturalmente necessário, transgredindo interpretações ingênuas não apenas sobre estruturas/funções da língua na vida social, mas também sobre o funcionamento da vida em seu aspecto social, histórico e cultural, conforme preconiza os estudos da pragmática cultural pela linguista Claudiana Nogueira de Alencar (2014, p. 78). Entendemos que a pragmática cultural em Alencar (2014, p. 87) surge com a análise das práticas culturais como jogos de linguagem³², articulando problemáticas abordadas pela Antropologia Linguística e pelos Estudos Culturais, para melhor analisar o sujeito em sua prática socio-cultural, como ressalta a autora:

A pragmática cultural não considera o sujeito praticante como o senhor soberano do seu discurso e muito menos os significados como uma forma privada da experiência; ao contrário, ela leva em conta a interação linguística concreta de pessoas reais, considerando que todo ato de fala

32. Retoma o sentido de Wittgenstein: o falar da linguagem é uma parte de uma ação ou de uma forma de vida.

e todo sentido são historicamente constituídos a partir de diversos fatores (sociais, culturais, econômicos, políticos), estabelecidos por jogos de linguagem de nossa cultura (ALENCAR, 2014, p. 87).

Esses estudos de Alencar são de extrema relevância para a análise do nosso trabalho, haja vista sua estreita relação com a nova pragmática e seu intenso engajamento à causa da análise/resistência/denúncia da violência linguística nas práticas/processos socioculturais e comunicacionais.

Tais fenômenos são vistos a partir dos jogos de linguagem, “cuja gramática cultural constrói regras que reinscrevem modos de dizibilidade e de reconhecimento cultural” (ALENCAR, 2014, p. 88). Encontramos aqui forte aporte teórico para estudar a (des)cortesia/violência linguística - de uma forma crítica - na publicidade brasileira, produzida/assinada pelos agentes do mercado e recepcionada pelos sujeitos sócio-histórico-culturais, por vezes reduzidos a números de audiência e consumidores.

Assim sendo, discutir *intenção* e *responsabilidade* nessa interação é um desejo pulsante que nos leva adiante, identificados com uma nova reflexão linguística que nos apresenta a linguagem como forma de vida, de estarmos vivos no mundo de ressignificações.

Resgatemos a posição de Derrida, para melhor entender intencionalidade em Austin. Para Derrida, um ato para ser iterável tem que se separar da sua intenção, da sua produção. Para Ottoni (1998, p. 57), a reflexão de Austin se aproxima mais de Derrida do que o próprio Searle, que se dizia a “leitura oficial” de Austin. Para Austin, “o conceito do conjunto dos atos ilocucionários não é definível intencionalmente, porém pode ser captado em termos de noção de ‘família’” (OTTONI, 1998, p. 78).

Por “família” ou “semelhança de família”, podemos entender em analogia ao jogo de linguagem. É preciso conhecer determinadas re-

gras, ou (res)significações de uma prática linguística para compreender seu sentido. E o fazemos por meio também da noção de contexto como “descentramento dos limites fronteiriços (...) em dois níveis: contexto de situação e contexto cultural” (FERREIRA; ALENCAR, 2014, p. 194).

Vejamos como Ottoni (1998, p. 79) apresenta a noção de (conjunto de) *famílias* em Austin, para melhor compreender a problemática da intencionalidade:

Esta noção de família surge para caracterizar a especificidade dos atos de fala e para dar conta da *queima* que Austin provocou da distinção performativo-constatativo; e para discutir a possibilidade de uma lógica formal dos enunciados performativos (...) Austin tem como meta, na sua abordagem performativa, dar conta de *famílias* mais gerais dos atos de fala *eo ipso* dos enunciados performativos levantando a hipótese de uma “possível lógica” destes enunciados somente após um longo e árduo trabalho” (OTTONI, 1998, p. 79-80).

Proseguindo com essa problematização acerca da intencionalidade e sua conexão com a significação, Ottoni é categórico ao afirmar a impossibilidade de conceber uma “intenção do sujeito (falante), já que esta intenção não é e não pode ser mais unilateral” (OTTONI, 1998, p. 81).

Segundo ele, o sujeito de uma interação/enunciação não tem controle sobre sua intenção, já que a intenção se materializa no e por meio do *uptake*, isto é, da apreensão do interlocutor no contexto da interação/vida social. Logo, é por meio do *uptake* que ocorre o “descentramento” da função do enunciador, conforme cita Ottoni (1998, 82), atribuindo a origem dessa reflexão a Rajagopalan³³.

33. Rajagopalan em *Uptake*. In Estudos linguísticos, XIX. Bauru, p. 573-9.

A partir disso, Ottoni apresenta duas vertentes de *uptake* que podem facilitar nossa análise. Primeiro, uma mais branda, em que “o *uptake* é o lugar em que se complementam o ‘eu’ e o ‘tu’, em que se assegura a fala”. Depois, numa versão mais forte, sendo “o lugar do desmantelamento da intenção, o caminho próprio da desconstrução” (OTTONI, 1998, p. 82). Em síntese, a intenção – em Austin – não pertence somente a quem fala, mas é compartilhada pelo receptor para assegurar a apreensão (por meio do *uptake*).

Na nossa reflexão, por razões já expostas anteriormente, não abordaremos a perspectiva de intencionalidade em Searle, por divergir de Austin do ponto de vista teórico e metodológico. Com um sentido semelhante à nossa posição, Karla dos Santos (2014) acrescenta a esse marco prático-teórico algumas inferências sobre a concepção de sujeito na problematização da responsabilidade de enunciação. Pensar sobre a “responsabilidade” na iteração em atos performativos é crucial para estabelecer uma análise crítica sobre a vida social dos sujeitos de linguagem, tendo em vista a urgência de um engajamento resistente e combativo aos “mal-ditos”, o que chamaremos de descortesia e violência linguística.

A título de ilustração, aliás, infeliz ilustração, podemos trazer presente a naturalização discursiva referente à “cultura do estupro³⁴”, em meio à agenda midiática que nos impacta, dada a incidência não apenas dos crimes hediondos de estupro, cujas notícias acompanhamos nas redes sociais, mas em enunciados iteráveis que muitas das vezes “responsabilizam” a própria mulher pelo crime, através da violência linguística.

34. Para a Antropóloga Heloisa Buarque de Almeida, a “cultura do estupro” está vinculada à nossa produção cultural, porque naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres (gêneros) e reduz as mulheres a objetos, remetendo à ideia de que o homem não consegue se conter. Confira entrevista disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/05/28/a-sociedade-naturaliza-a-cultura-do-estupro.htm>. Acessada em 29/05/2016.

Em artigo escrito pela jornalista Bia Barbosa para a revista Carta Capital, publicado no dia 04 de março de 2015, com o título “O Ministério das Comunicações vai punir a Band?” consta denúncia apresentada pelo *Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social* ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação do Ministério das Comunicações pedindo a suspensão do programa *Agora é tarde*, apresentado por Rafinha Bastos, na Band.

O motivo da denúncia foi a entrevista “na qual Alexandre Frota debocha de suposto estupro contra uma mãe de santo”³⁵ (entrevista em 22 de maio de 2014 e reprisada em 25 de fevereiro de 2015). O Intervozes se manifestou pedindo a *responsabilização* da Rede Bandeirantes pelo ocorrido.

Se toda forma de violência é “execrável e maldita”, o quê dizer sobre os dois casos de estupro coletivo que tiveram, recentemente, repercussão nacional?! Pelas redes sociais, sobretudo, solidarizamos-nos com as vítimas e acompanhamos a comoção e a revolta da opinião pública brasileira sobre os últimos acontecimentos e nos manifestamos contra toda forma de cultura do estupro.

Na cidade de Bom Jesus (PI), uma adolescente foi vítima de um estupro coletivo, no dia 21 de maio. A menor, depois de ser drogada e violentada por cinco suspeitos, foi encontrada por moradores em obra abandonada; ela estava amarrada e amordaçada, conforme portal de notícias 180 Graus³⁶.

Outra notícia que nos estarreceu foi sobre o estupro coletivo a uma menor de 16 anos, no Rio de Janeiro (RJ). Segundo matéria do jornal

35. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/quando-o-ministerio-das-comunicacoes-vai-funir-de-verdade-a-band-7862.html>. Acessado em 29/05/2016. Veja ainda link para vídeo no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=HlkDBPUxVj4>.

36. Disponível em: <http://180graus.com/noticias/laudo-confirma-estupro-de-garota-atacada-em-bom-jesus>. Acessado em 29/05/2016.

O Povo³⁷, ela estava a sós com o namorado, no início da noite, e acordou no dia seguinte nua e dopada, com mais 33 homens armados com pistolas e fuzis. Ainda conforme o jornal - o que se nos apresenta como um ato tão perverso quanto o estupro - vídeos e fotos da vítima desacordada e ferida foram divulgados pelos agressores em redes sociais, meio pelo qual os familiares da adolescente tomaram conhecimento do crime, no dia 25 de maio.

Coincidentemente, nesse mesmo dia, Alexandre Frota voltou à pauta midiática nacional, ao se encontrar com Mendonça Filho, que respondia pelo Ministério da Educação, para apresentar “propostas para o ensino no País”³⁸, o que gerou reação negativa e imediata da opinião pública, por meio das redes sociais e até mesmo da grande mídia. Apesar de não ser esse caso, especificamente, o tema deste nosso trabalho, não podemos passar imunes a esse jogo performativo e iterável em que a cultura do estupro apresenta nuances descorteses e violentas em territórios midiáticos, como na publicidade e na propaganda, a fim de problematizarmos as responsabilidades.

Conheçamos, pois, algumas das reflexões de Karla dos Santos (2014) para nos empoderarmos de argumentos “felizes” nessa resistência e luta contra todo o ato violento e sua culpabilidade, no eixo do âmbito ético e político das nossas interações sociolinguísticas. Partindo dos pressupostos austinianos que concebem a linguagem como forma de ação, “o debate sobre responsabilidade envolve uma análise crítica dos

37. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2016/05/27/noticiasbrasil,3617684/garota-vitima-de-estupro-coletivo-agradece-mensagens-de-apoio.shtml>. Acessado em 29/05/2016.

38. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2016/05/25/noticiasbrasil,3617075/alexandre-frota-apresenta-propostas-no-ministerio-da-educacao.shtml>. Acessado em 29/05/2016.

limites do ato de fala, da ideia que se faz dele como um acontecimento com origem e fim determinados” (SANTOS, 2014, p. 288).

Karla dos Santos (2014, p. 288), ao lançar mão do conceito de “efeito de sujeito” em Judith Butler (2004), não atribui exclusivamente ao sujeito falante a causa e a intenção do enunciado injurioso/descortês, uma vez que isso limita e dificulta uma análise política de como o discurso produz injúria. Observamos que esse posicionamento da autora é resultado da compreensão de que a *iterabilidade* e a *citabilidade* em Derrida implica em desafios para a questão da responsabilidade, por impossibilitar a identificação da origem exata do ato de fala no sujeito falante, dada à “força de ruptura com a intenção de comunicação presente” e com a “marca” (SOUSA, 2014, p. 288).

Para Ottoni (1998), o sujeito da linguagem performativa não se aparta do seu conteúdo da enunciação, isto é, não é possível analisar o que é dito dissociadamente do sujeito que o diz (o sujeito é extralinguístico), embora o sujeito não tenha controle sobre sua intenção ao proferir atos de fala, pois é no *uptake* que o ato de fala se realiza, conforme já discorremos anteriormente. Logo, seguindo essa lógica, sofrer um insulto ou ser vítima de descortesia não depende necessariamente da intenção de ofender, como apresenta Karla de Sousa no fragmento abaixo:

O descuido na escolha das palavras pode ferir e o insulto não ser intencional pode ser profundamente real. O ato é sempre resultado de uma interação entre locutor e interlocutor. Não haveria, portanto, insulto se o interlocutor não toma o enunciado como um insulto, mesmo quando o falante realmente pretende insultar. Por outro lado, se o interlocutor toma o enunciado como insulto, então o ato

foi realizado, mesmo que o falante negue a intenção de ofender (SOUSA, 2014, p. 293).

Ao se deparar nessa simetria, elucidada por Ottoni, Karla de Sousa levanta a questão da responsabilidade sobre a ofensa. A autora não encontra respaldo suficiente para identificar o problema da responsabilidade nas reflexões de Derrida, porque o mesmo acredita que, se nada está assegurado em “atribuições simplistas de responsabilidade ao sujeito singular e seu ato de fala”, a responsabilidade fica na esfera do “indecidível”, do “não calculável”, pelo fato do sujeito não ter domínio consciente do seu dizer/fazer, conclui Karla de Sousa se fundamentando em Derrida (1998, p. 298).

Não tão satisfeita com essa constatação, Karla de Sousa encontra mais elementos para pensar a responsabilidade em Butler (2004), na obra *Excitable speech*³⁹, que questiona a “soberania do sujeito” em Austin para a responsabilidade, denominando de “efeito de sujeito”. Karla de Sousa (2014) salienta que, em Butler (2004), “se o ato é um momento ritualizado, ele é repetido no tempo e seu poder de ação não se restringe a um momento único, nem pode ter origem num sujeito singular” (SOUSA, 2014, p. 300). Esta autora destaca ainda, em consequência dessas reflexões dos estudos de Butler, que o ato performativo, por ser ritual, é igualmente “citacional”, resultando na ampliação e urgência do pensar a responsabilidade.

Assim, parafraseando Butler (2004), Karla de Sousa afirma que o emissor de um discurso descortês/violento é responsável por isso, mesmo que não esteja nele a origem dessa fala. E nós argumentamos ainda

39. Fizemos a leitura dessa obra através da tradução em espanhol *Lenguaje, poder e identidade, conforme citamos na Bibliografía*. A referência citada foi de Karla Santos, ao trazer o exemplo, preferimos não mudar a fonte.

que, além do processo de emissão, a circulação desses enunciados também faz do sujeito desse ato, autor tão responsável quanto o emissor.

Ou seja, pela citacionalidade/iterabilidade as pessoas naturalizam dizeres/atos descorteses/violentos, ao reproduzir tais discursos. Vale lembrar ainda que as fontes e contextos motivadores/irradiadores desses discursos reproduzidos se materializam na práxis sociocultural pela força do poder simbólico, como nos lembra Thompson (2014), citando Pierre Bourdieu (1998).

Argumentando a miúdo, para Butler (2004), quando um emissor fala, ou mesmo cita com referências a fontes, o discurso violento alcança um *status* de tempo/lugar na enunciação. De certa forma, essa pessoa que fala assume a autoria do/de que/quem foi citado. Quando isso acontece, Butler (2004) identifica esse fenômeno como “efeito de sujeito”. Podemos dizer que, ao emitir algo, pela iterabilidade e citabilidade, o sujeito assume a responsabilidade pelo que diz, pois é também, naquele momento, um autor derivado de outro autor, uma autoria que se subjaz a outra autoria, tida como fonte.

É, sobretudo, a partir desse “efeito de sujeito” que nós vamos analisar a responsabilidade dos discursos (des)corteses, numa tênue fronteira com a questão da intencionalidade individualizada que, como nos parece, não se sustenta mais. E diante da questão da “responsabilidade final” do ato performativo iterável e da “indecidibilidade” no cotidiano das nossas práticas socioculturais, cabe-nos contemplar e perseguir o aspecto ético como fundamentação para responsabilizar.

Nosso estudo segue, dessa forma, relacionando os construtos sobre responsabilidade-intencionalidade abordados até aqui – na ótica de uma pragmática sociocultural – às práticas socioculturais descorteses na publicidade brasileira, como expressão de violência linguística.

(Des)cortesia e violência linguística: a responsabilidade na *práxis* sociocultural

Anova perspectiva de estudar pragmática numa “visada” sociocultural dos sujeitos em interação na linguagem ordinária tem irradiado novo fôlego metodológico que rompe as fronteiras “disciplinares” das ciências, em vista de uma visão integradora dos fenômenos, como vimos anteriormente. Isso se verifica nas contribuições reflexivas entre áreas, mediante uma atitude aberta de crítica. Nesse sentido, nosso trabalho perfaz o caminho de muitos linguistas, filósofos, publicitários, jornalistas e sociólogos para pensarmos a problemática da responsabilidade dos enunciados descorteses na publicidade brasileira.

Nesta trilha que agora estamos, reconhecemos o pioneirismo de muitos pesquisadores que nos ensinam o caminho para contemplar/analisar a (im)polidez nas interações verbais, à luz da pragmática linguística, como é o caso de Catherine Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 77), que admite a existência de princípios de polidez nas interações comunicativas, dada a pressão que tais princípios exercem na produção do enunciado.

Já Luiz Antônio da Silva (2013, p 93), ressalta a preservação da estabilidade interacional entre os sujeitos como fator mais importante do que a comunicação em si, no sentido de garantir equilíbrio das/nas relações interpessoais.

Diana Bravo (2003)⁴⁰, vai aproximar a leitura ortodoxa e histórica dos estudos da Face de Goffman e da (Im)Polidez numa perspectiva mais encarnada, no cotidiano das interações socioculturais dos falantes da língua espanhola. Para tanto, Diana Bravo (2003) apresenta os conceitos de *autonomia* e *afiliação*, que estão fundamentados no conceito de imagem e definem a posição dos indivíduos na sociedade perante suas necessidades humanas e a relação entre *ego* e *alter*, que constituem o conceito de Imagem (*Self* ou Face, em Goffman). Especificamente, autonomia diz respeito à percepção de si que uma pessoa tem para com um grupo social e como esse grupo a percebe, em sua diferença; já na afiliação, a pessoa se vê e é vista como parte do grupo, similaridades com os contextos desse grupo.

Ao priorizar os estudos sobre descortesia, especificamente, Kaul De Marlangeon (2005, p. 303) acrescenta à classificação de Diana Bravo as categorias de *afiliação exacerbada* e *refratariedade*, tendo em vista seu construto prático-teórico, baseado no conceito de *descortesia de fustigação*, pois descortesia é sempre uma violência, uma agressão verbal entre os interactantes, por isso é sempre suscetível ao confronto na prática discursiva. Compreendemos melhor tais categorias, acompanhando o fragmento abaixo:

Se o conceito de afiliação está no centro da cortesia, do lado da descortesia tem-se a afiliação exacerbada (ver-se e ser visto como o adepto do grupo, com plena competência e orgulho). Por outro lado, se o elemento central da cortesia é de autonomia, no setor da descortesia tem-se o conceito de refratariedade (autonomia exacerbada para ver-se

40. Uma das “vozes do sul” mais expressivas na pragmática sociocultural dos países latino-americanos de língua espanhola.

e se visto como opositor do grupo, dado que o indivíduo que critica, o faz com agressão (ANDRADE, 2014, p. 390).

No que tange ao nosso marco teórico, seguiremos o percurso de Kaul De Marlangeon (2014) nos estudos sobre Descortesia, enfatizando sua mais recente contribuição teórica: as comunidades de práticas cortesias e as comunidades de práticas descortesias. Esse assunto, abordaremos com mais detalhe adiante, até porque esta será a abordagem teórica que assumimos ao estudar a (Des)Cortesia na perspectiva de uma Nova Pragmática, alicerçada na vida/interação social e cultural dos sujeitos falantes.

Entretanto, por se tratar de uma abordagem relativamente nova e complexa, convém apresentar já de início os fundamentos primeiros desses estudos, que remetem ao interacionismo do sociólogo canadense Erving Goffman, em seus ensaios sobre o comportamento face a face, como ritual de interação (2012). As contribuições sobre a imagem positiva e negativa que o sujeito deve preservar na interação influenciou no surgimento dos princípios da Polidez Linguística no modelo de Brown e Levinson (1978; 1987), bem como as máximas de Leech (2003) e a (im)polidez em Culpeper (2005). Certamente, essas referências vão nos ajudar não apenas a analisar como a (des)cortesia atua na linguagem ordinária, em meio à tensa problematização da responsabilidade, mas a compreender como novas perspectivas acerca da (Des)Cortesia linguística podem ser concebidas ou somadas à força transgressora de uma linguística aplicada à práxis/vida social e cultural dos seus sujeitos interacionais.

3.1 Jogos da face e (im)polidez linguística

Ao iniciar nossas reflexões sobre polidez linguística, partimos do postulado de Kerbrat-Orecchioni (2006) que entende polidez como um fenômeno pragmático que condiciona significativamente a produção dos enunciados/discursos e que zela pelo estabelecimento e manutenção do caráter harmonioso da interação social. Isso ocorre devido a todo um suporte teórico (quadro teórico) advindo, inicialmente, das reflexões sobre as noções de faces de Goffman (2012), que se desdobrou nos estudos sobre polidez por Brown e Levinson (1987). A despeito disso, o conceito de face surgiu pela primeira vez na obra *Ritual de Interação* de Goffman, com publicação inédita em 1967:

Valor social positivo de uma pessoa que efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A face é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma (GOFFMAN, 2012, p. 14).

Goffman (2012), um dos pioneiros dessa corrente teórica, é responsável por criar o conceito de “preservação da face”, que se adequa à análise das relações sociais e ao seu reflexo na linguagem. Segundo Herget e Alegre (2014, p. 421), a face ou a imagem pública positiva que um interlocutor quer preservar, é protegida mediante um comportamento estratégico denominado polidez. A polidez pode ser entendida

como um conjunto de estratégias a que o emissor recorre para que a comunicação decorra da melhor forma possível.

Goffman (2012) criou uma espécie de gramática dos rituais de interação que articulam a vida social ordinária. E para dar conta da complexidade da interação, Goffman lança mão de *distância social* entre os interlocutores a partir dos eixos de *familiaridade* e de hierarquia; *linha de ação/conduta* através de atos verbais e não verbais; *imagem* ou face representada pelos atores sociais e *território* corporal, geográfico, temporal, enfim, espaço mental ou físico onde a interação vai acontecer.

Considerando que o conceito de Goffman se restringe basicamente às impressões positivas que os falantes da língua constroem nas interações, e que, muitas vezes, construímos imagens negativas sobre nossos parceiros de interação, Brown e Levinson (1987) ampliaram o conceito de face, distinguindo um segundo tipo, o qual diz respeito àquilo que queremos evitar que nossos parceiros de interação percebam a nosso respeito; a este conceito, eles nomearam de face negativa.

Brown e Levinson (1987) se utilizaram do conceito de face/imagem criado por Goffman (2012) e fizeram a distinção entre processo de polidez negativa e processo de polidez positiva.

Em linhas gerais, a face positiva/polidez positiva diz respeito à imagem positiva que o sujeito tem de si, com o intuito de aproximar os sujeitos da interação para dividir seus benefícios e interesses. Nesse caso, um sujeito reivindica ao seu interlocutor tratamento comum por pertencer ao mesmo grupo. Enquanto na face negativa/polidez negativa, o sujeito se orienta no rumo de uma limitada satisfação da imagem negativa do seu interactante; garante que o falante reconheça e respeite a imagem negativa do interlocutor, de modo a não intervir na autonomia deste, evitando uma acercamento desnecessário entre os interactantes.

A face negativa implica liberdade de ação, não sendo impedido de agir por terceiros, ou seja, não admite pedidos e ordens. Já a face positiva descreve a necessidade de aprovação que o emissor tem em relação aos demais interlocutores; e reflete-se em estratégias de solidariedade, alinhamento, conformidade etc.

Numa determinada interação social, os atos que não correspondem com esses desejos e necessidades podem ameaçar as faces (“*face-threatening acts* - FTA”). Devido a isso, Brown e Levinson desenvolveram uma fórmula⁴¹ que indica a escolha da estratégica mais adequada ao contexto da interação social, dependendo de fatores como a *distância social* entre falante e ouvinte (D), o *poder* relativo entre eles (P) e o *grau de imposição* (R) (Brown; Levinson, 1987, p. 15).

Notamos, assim, que o quadro teórico de Brown e Levinson repousa sobre a ideia de que todos os sujeitos falantes tem um desejo de proteger seu território e sua imagem (*face-want*). Mas numa comunidade social, ou na interação social em si, esse desejo pode ser contrariado, visto que muitos dos atos de linguagem, condicionados aos contextos do cotidiano em suas práticas discursivas, podem ser ameaçadores para uma das faces da relação (FTA), o que pode por em risco a interação dos sujeitos em questão, devido à impolidez resultante desse processo.

Quando a interação dos falantes sofre com a impolidez causada pela FTA, é nessa realidade que intervém o *face-work*, “que vai consistir em ‘polir’ as arestas afiadas demais dos FTA que somos levados a cometer,

41. Queremos reforçar que nosso estudo não se baseará na aplicação de fórmulas estruturadas. Pelo contrário, inspirados numa nova ordem pragmática, com ênfase na interação sociocultural, lançaremos mão de novos *fazer*es epistemológicos no campo da (Des)Cortesia linguística, aplicados no cotidiano dos sujeitos e construído in/transdisciplinarmente. Reconhecemos o imenso desafio de fazer essa leitura crítica de um estudo que foi, outrora, construído em quadros e fórmulas.

tornando-os assim menos ofensivo para as faces delicadas de nossos parceiros de interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 49). Embora não sigamos com o aprofundamento teórico de Kerbrat-Orecchio- ni sobre polidez linguística (já que nosso foco é a descortesia), convém apresentar, ao revisitar seus escritos, uma redefinição que a mesma faz em relação ao conceito de polidez como “conjunto de estratégias de gerenciamento, mas também de valorização das faces do outro”.

Frente a esse complexo contexto de relações estratégicas mútuas entre sujeitos/faces, no intuito de prevenir atos ameaçadores de suas faces ou minimizar tais ameaças, os sujeitos interactantes devem considerar a vontade de comunicar o conteúdo de um ato ameaçador de face, de ser eficaz na comunicação e o desejo de conservar a imagem do seu interlocutor em algum grau. Como pode ser confirmado nas três estratégias desenvolvidas por Brown e Levinson:

- i) *On-record*: quando um emissor tem a “intenção” de se comprometer e de se responsabilizar pelo ato de fala ameaçador de imagem (face);
- ii) *Off-record*: quando um emissor evita/limita a interação com seu receptor e com o conteúdo que ele está falando, busca não se responsabilizar pelo ato ameaçador que profere ao seu interlocutor, sem comprometimento público, utiliza-se para isso certas figuras de linguagem para dissimular a violência linguística. Recurso muito empregado no discurso publicitário, dentre outros;
- iii) *Bald-on-record*: quando o emissor quer ser rude, direto e explícito no ato ameaçador contra o próximo, inclusive usando de expressões grosseiras e consensualmente violentas.

De acordo com a tese de Leticia Teixeira (2011, p. 56), as estratégias de polidez linguística são essenciais à condução de uma comunicação humana capaz de minimizar conflitos interacionais e estabelecer diálogos possíveis. Analisando a conversa de pessoas com esquizofrenia, busca desconstruir o mito da face do esquizofrênico como alguém sempre agressivo, descortês, rude etc. Argumenta ainda que há nessas pessoas a capacidade de realizar também um trabalho com as faces/imagens, podendo ser ora corteses, ora descorteses, dependendo das situações sociocomunicativas.

Assim, inferimos que há em seu trabalho reflexões sobre uma significação ou atos de (des)cortesia estáticos. Devido à preservação das imagens/faces dos interlocutores em distintas situações sociocomunicativas, a ação de oferecer a face, segundo essa autora, consiste em se expor por meio de um conjunto de desejos, e esperar uma reação mútua, favorável à interpelação inicial de quem emitiu um discurso.

“Ao interagirem, as faces negativas e positivas dos interlocutores encontram-se expostas, podendo ser preservadas e ameaçadas” (TEIXEIRA, 2011, p. 57). Em outros termos, deixa claro que o jogo da linguagem e o trabalho com as faces/imagens extrapolam o transtorno mental. Mesmo com esquizofrenia, esses sujeitos com esquizofrenia não perdem a capacidade de se expressar e de se constituir em suas subjetividades.

No que diz respeito, às limitações desse modelo de Brown e Levinson, Brandão e Sathler (2014, p. 291) creditam ao racionalismo e universalismo presentes na teoria proposta por eles, mesmo que a noção de faces possa se distinguir, conforme a cultura e contextos específicos de cada interactante. Mas eles supõem que o conhecimento mútuo dos sujeitos, a autoimagem pública e a auto orientação social nas interações são tidas como universais.

3.2 Categorias de (Im)polidez linguística

Uma das gêneses desse estudo sobre impolidez nas interações linguísticas está, certamente, em Goffman (2012), ao tratar da substância da ofensa delimitada em três tipos: *inocentes* (sem intenção de ofender, gafe, constrangimento), *maliciosas* (intenção de criticar) e *incidentais* (não planejadas, atos para se defender de uma situação inesperada). Se para ele a polidez se relaciona à temática do equilíbrio no comportamento social com os demais em determinados contextos, a impolidez seria a intenção de destruir a imagem do outro, em favor de si mesmo. Nesse sentido, o autor associa esses três tipos de ofensa a três tipos de responsabilidades que um sujeito pode ter quanto a uma ameaça à imagem criada por suas ações:

Primeiro, pode parecer que ela (pessoa) agiu inocentemente; sua ofensa pode parecer ser não intencional e involuntária, e aqueles que percebem seu ato podem sentir que ela teria sido tentado evitá-lo se tivesse previsto suas consequências ofensivas. Segundo, a pessoa ofensora pode parecer ter agido com malícia e despeito, com a intenção de casar um insulto aberto. Terceiro, há ofensas incidentais; estas surgem como um efeito colateral não planejado, mas às vezes previsto na ação – uma ação que o ofensor realiza apesar de suas consequências ofensivas, mas não por causa de despeito (GOLFMAN, 2012, p. 22).

Além de influenciar nas estratégias de polidez de Brown e Levinson, a noção de imagem/faces em interação, Goffman vai interpelar igualmente Leech (1983, 2005), revisando conceitos para se chegar às *me-*

tas de face positiva (reforçar a auto-estima) e *metas de face negativa* (evitar a baixa auto-estima).

Fundamentando-se no Princípio da Cooperação da análise da Conversação em Grice⁴², Leech desenvolve seu Princípio de Polidez, postulando que os sujeitos numa interação preferem partir de princípios de polidez. Para tanto, sugere seis máximas de polidez que regem o comportamento linguístico, objetivando estabelecer e preservar a cortesia, também chamadas de regras pragmáticas que podem guiar as interações. São elas: do discernimento, da generosidade, de aprovação, da modéstia, da concordância e da simpatia.

Segundo Maria Aldina Marques (2012, p. 147), esses três pesquisadores do fenômeno da imagem/polidez (BROWN; LEVINSON, 1987; LEECH, 1983; 2005), ocupam lugar no cenário de uma perspectiva discursivo-pragmática de enfoque dos usos linguísticos em interações verbais autênticas, que compõe a ação verbal nas práticas sociais.

No que concerne à impolidez, nas práticas discursivas, Culpeper (2003) se destaca não apenas por criticar Brown e Levinson, no sentido de afirmar que estes não abordaram especificamente tais fenômenos, mas por criar cinco estratégias para a impolidez:

- i) Impolidez indireta/*Bald-on-record*: atos performativos que ameaçam de modo objetivo, latente e direto, com a intenção de ferir a imagem do interlocutor. Essa categoria consiste na clara constatação de que o falante tem a intenção de atacar de forma direta e objetiva a face de seu interlocutor;

42. Confira em Geórgia Paiva, A polidez linguística em salas de bate-papo na internet. 2008. Dissertação de Mestrado em Linguística. UFC, p. 69.

- ii) Impolidez positiva: uso de artifícios para danificar a imagem positiva do destinatário, de modo que esses atos gerem sentimentos de exclusão por parte do destinatário;
- iii) Impolidez negativa: utilização de técnicas para ferir a imagem negativa do interlocutor. Visam invadir e ridicularizar aquilo que o sujeito concebe como seu território.
- iv) Impolidez dissimulada/*Mock Politeness*: atos aparentemente polidos, mas que são dissimulados e falsos, como a ironia e o sarcasmo. Ocupam a posição interpretativa superficial, uma vez que os falantes da situação as reconhecem como falsas.
- v) Não-Polidez/Polidez Suspensa: refere-se à ausência de polidez em momentos em que esta é necessária. Quando a polidez é algo esperado no contexto de interação, o silêncio pode parecer como algo impolido.

A impolidez ocorre, segundo Culpeper (2003, p. 38), quando um sujeito tem a intenção de comunicar algo que considere e seja considerado como um ataque à face de outra pessoa, e quando seu interlocutor, aparentemente ofendido, intencionalmente dirija a este sujeito ataques a sua face.

Como podemos observar, tal definição demonstra duas dimensões da impolidez: a intenção de atacar e o “sentimento” de ter sido ofendido, em meio à questão da responsabilidade, sendo esse o nosso objeto de análise. Exemplificando o exposto, temos que, *a priori*, uma empresa, em parceria com sua agência de comunicação, não teria a intenção de atacar um consumidor; ao contrário, teria a intenção de valorizar a sua face positiva, de engajá-lo, de fazer com que se sinta importante.

Contudo, algumas ações que podem ter intenções de ser corteses, hospitaleiras, polidas etc., podem provocar um efeito inesperado, tal como

o consumidor se sentir ofendido no processo de recepção. Pode até ter um mal entendido nesse processo, mas, independentemente da intenção ou não de uma ação descortês, é preciso verificar não só a intenção, mas a responsabilidade dos atos descorteses para poder diminuir o grau de insultos e de violência em práticas discursivas midiáticas.

Tomando nosso estudo para contextualizar essas reflexões, supomos que não é – *a priori* – propósito do anunciante ou de sua agência de publicidade e propaganda agir deliberadamente com impolidez indireta/*Bald-on-record*. Até porque há, na formação acadêmica desses profissionais, um conteúdo programático reflexivo sobre valores éticos ligados as diversidades e heterogeneidades socioculturais.

Defendemos o argumento de que o uso desse modo tão latente e explícito de impolidez não ocorrem, quase sempre, de forma intencional. No entanto, suas mensagens podem promover efeitos de impolidez de diversas combinações, pelos quais os sujeitos/receptores podem identificar uma ou mais estratégias de impolidez de seus enunciadores. Como as que Culpeper (2003, p. 355) propõe:

Estratégias de impolidez positiva

- a) Ignore, censure o outro - deixe de reconhecer a presença do outro;
- b) Exclua o outro de uma atividade;
- c) Desassociar o outro – por exemplo, negue associação ou comum acordo com o outro;
- d) Seja desinteressado, despreocupado e antipático;
- e) Use marcadores de identidade inapropriados – por exemplo, use nome e sobrenome quando possui um relacionamento próximo, ou o apelido, quando pertence a um relacionamento distante;

- f) Use linguagem secreta e obscura – por exemplo, engane o outro com gíria, ou use um código conhecido por outros grupos, mas não o alvo;
- g) Busque discordar – selecione um tópico delicado;
- h) Faça o outro sentir desconfortável – por exemplo, não evite o silêncio, piada, ou use conversa fiada;
- i) Use palavras que são tabus – blasfeme ou use linguagem profana ou abusiva. Chame de outros nomes – use nomeações depreciativas.

Estratégias de impolidez negativa

- a) Assustar – incutir uma crença de que uma ação prejudicial para o outro ocorrerá;
- b) Condescender, desprezar ou ridicularizar – enfatizar o seu poder relativo, seja desprezível;
- c) Não trate o outro seriamente. Menospreze o outro;
- d) Invada o espaço do outro- literalmente ou metaforicamente (ex: pergunte por, ou fale sobre algo que é muito íntimo em um dado relacionamento);
- e) Associar explicitamente o outro com um aspecto negativo – personalize use os pronomes “eu” e “você”;
- f) Coloque o endividamento do outro em questão.

Consideramos as categorias de Culpeper de grande relevância, porque possibilita ampliar nossa compreensão sobre descortesia e confrontar com outras perspectivas, como a da linguista argentina Kaul de Marlangeon (2014), que assumindo um lugar a partir do “sul” do continente, vai pontuar mais fortemente a problemática da descortesia em comunidades de práticas corteses e descorteses, vinculada à pragmática sociocultural.

Por nosso posicionamento de privilegiar as “vozes do sul” e perceber que aqui no Brasil os estudos sobre (Des)cortesia estão começando a olhar com atenção à pragmática sociocultural da língua espanhola na América Latina, convém registrar o conceito de descortesia elaborado por Luiz Antônio da Silva (2013), que entende como uma violação dos rituais da conversação em que estão em jogo os direitos e obrigações que os interlocutores respeitam mutuamente.

Segundo ele, “os atos descorteses prototípicos são aqueles que revelam um estado psicológico negativo do locutor em direção ao interlocutor” (SILVA, 2013, p. 102).

Kaul de Marlangeon (2008, p. 255), complementa esse conceito postulando que a descortesia surge quando há uma disparidade de poder entre os sujeitos da interação. Diz ainda que a descortesia, ou impolidez, deve ser entendida como um comportamento do falante, apropriada a seu desígnio comunicativo. A descortesia, adiciona a autora, depende do contexto sociocultural do falante e do conceito de cortesia nesse contexto.

Para a descortesia, há uma natural gradação no contínuo, que leva o falante a realizar o ato com intenção clara ou com intenção encoberta. Portanto, distinguimos atos com intenção encoberta entre os que se realizam com cortesia e outros com descortesia (KAUL DE MARLANGEON 1992, p. 9. Tradução nossa).

Ao considerarmos os meios de comunicação para a análise linguística dos movimentos de descortesia nas interações sociais, convém concordar que tais fenômenos ocorrem devido à manipulação verbal do poder, uma vez que as relações humanas são classificadas segun-

do a distribuição do poder, conforme fundamenta Kaul de Marlangeon (1992, p. 11 *apud* PARDO 1988), concluindo que tal manipulação está estreitamente relacionada com as noções comunicativas de simetria e complementariedade e suas respectivas patologias. A primeira patologia ocorre quando os discursos impolidos predominam na relação; a segunda, quando um falante que gera tensão na relação é sempre o mesmo em todas as interações, sem dar oportunidade para o outro. Isso é um comportamento muito comum se tomarmos como exemplo alguns programas televisivos, sobretudo, os de caráter policial, popularesco ou sensacionalista.

Kaul de Marlangeon (2008), apesar de reconhecer a obra de Culpeper e até mesmo concordar em certos momentos de sua teoria sobre a impolidez, ela tece algumas críticas a Culpeper. Para a autora, mediante a definição de impolidez de Culpeper, o mesmo leva em conta a atitude do ouvinte, mas não descreve a interação à maneira dos pares (ouvinte-falante), assim tendenciando para a interpretação do ouvinte, que no caso pode ser o ofendido; enquanto o falante, o agressor. Kaul de Margangeon (2008) alerta para o caso de haver manipulação imediata ao considerarmos o ouvinte como vítima de atos descorteses, sem antes analisarmos a fundo a interação da parceria.

Com base nisso, Kaul de Margangeon (2008, p. 258)⁴³ apresenta onze ocorrências de descortesia, considerando tanto o falante, quanto o ouvinte.

Quanto ao falante:

- i) procura ser cortês com o ouvinte, mas seu modo expressivo suscita nesta reminiscência de linguagem imprópria ou indecorosa ou irrespeituosa;

43. Tradução do Espanhol sob nossa responsabilidade.

- ii) ofende involuntariamente ao ouvinte por: gafe, retenção da cortesia esperada pelo ouvinte ou prescindir de cortesia;
- iii) Reter deliberadamente a cortesia esperada pelo ouvinte;
- iv) ofende deliberadamente ao ouvinte, com propósito de: lesar a imagem do ouvinte, defender a imagem do falante.

Quanto ao ouvinte:

- i) interpretar o comportamento do falante como um ataque intencional à sua imagem, que o induz à aceitação do ataque ou ao rechaço do ataque, sob a forma de defesa ou contra-ataque;
- ii) maneja deliberadamente seu silêncio para indicar desacordo com a emissão do falante.

3.3 Imagem social e comunidades de práticas de (des)cortesia: nova *práxis* sociocultural para (re)agir contra a violência linguística

Neste tópico, redobramos nossos esforços para apresentar uma nova “visada” aos estudos da (Im)Polidez linguística “indisciplinada” e “transgressora” às fórmulas e aos modelos universalizantes da competência comunicativa que determinam o conceito de “imagem social” (Faces ou *Self* para Goffman) e às estratégias de (im)polidez nas interações. Estamos falando dos estudos sobre (Des)Cortesia fundamentada numa nova pragmática sociocultural, que surge com as “vozes do sul”, em território latino-americano de língua espanhola, como esclarece Diana Bravo (2003).

A pesar de partirem dos princípios teóricos clássicos sobre o interacionismo e jogos da face em Goffman (2012) e das estratégicas de (im)polidez em Brown e Levinson (1987) para problematizar e resolver questões sobre a linguagem em uso no âmbito da (im)polidez/(des)cortesia, pesquisadores latino-americanos propõem uma “atualização” desses clássicos. Organizados político e academicamente no grupo *Estudios sobre el Discurso de la Cortesía en Español – EDICE*⁴⁴ – esses estudiosos da pragmática sociocultural, conforme se intitulam, partem da necessidade de priorizar o *particular* ao *universal*, evidenciando o enfoque sociocultural à prática linguística dos sujeitos.

Entretanto, Bravo (2003) reconhece que o ineditismo de uma leitura crítica aos clássicos da (im)polidez surgiu com Matsumoto⁴⁵, ao discordar de Brown e Levinson que, prescindindo do conhecimento do contexto do usuário de uma língua (no caso, japoneses), caracterizaram, *grosso modo*, a comunidade japonesa como “cortesia negativa”.

A bem da verdade, os falantes japoneses, ao usar de “deferências” no cumprimento/interação entre si, não se percebiam diante de uma polidez negativa, mas sim questões culturais de respeito ao próximo e ao grupo, revelando uma dependência do indivíduo ao grupo. Ou seja, o sujeito japonês se vincula ao grupo muito mais do que a outra comunidade linguística (anglofônica) que Brown e Levinson pesquisaram. Por tanto, não era um ato ameaçador da imagem, mas um ato de preservação do sujeito no grupo.

44. Confira página eletrônica EDICE disponível em: <http://edice.org/acerca-del-programa/>. Acessado em 01/06/2016.

45. Referência de Diana Bravo em: MATSUMOTO, Y. Reexamination of the universality of Face: politeness phenomena in Japanese. *Journal of Pragmatics*, n. 12 (4), 1988, p. 403-426.

Seguindo Matsumoto (1988), Diana Bravo e uma série de linguistas passaram a repensar os estudos sobre a (im)polidez linguística, tomando como referência essa leitura encarnada na realidade, tanto de quem pesquisa quanto sobre que sociedade se vai pesquisar, conforme esclarece:

A mí parecer el problema reside en que los aspectos negativos y positivos de la imagen social, están acotados socioculturalmente y son adecuados para ser aplicados a algunas comunidades de habla inglesa. En un número muy interesante de estos trabajos que, como digo, no encajan “del todo” en las expectativas creadas por las categorías universales, se justifican las diferencias em contenido socioculturalmente específicos de la imagen social (BRAVO, 2003, p. 100).

Dessa forma, por meio de Bravo (2003, p. 101), passamos a entender cortesia como uma estratégia para “*quedar bien con el outro*”, em meio às interpelações do contexto sociocultural em que a interação vai se estabelecer, quer manifestada como objetivo primordial (saudação, elogio, etc.), quer explicitada como uma atenuação de algo que pode parecer rude e descortês ao receptor, por parte do emissor (como um comentário inapropriado); ou ainda de ser – o emissor – particularmente amável com o objetivo de obter benefícios extrainterlocutivos⁴⁶.

Inspirada pelos primeiros conceitos de Bravo e alicerçada na pragmática sociocultural, destacamos a significativa contribuição de Silvia Kaul de Marlangeon (2014) para uma nova análise sobre (des)cortesia.

46. Como exemplo, a autora cita o caso de pedir dinheiro emprestado usando de extrema amabilidade e cordialidade, respeitando a *distância social*, relação de *poder e o grau de implicação/apreensão*.

É com essa autora e com suas categorias de Comunidades de Práticas (Des)Corteses que nós podemos, mais efetivamente, analisar a ocorrência da descortesia/violência nos atos performativos presentes nos possíveis objetos de estudo, em meio à problematização da intencionalidade/responsabilidade nessas interações.

Antes de apresentarmos seus construtos teóricos – através dessas categorias de Comunidades de Práticas (Des)Corteses, que se constituem em meio/atravessadamente a outros elementos extralinguísticos, como as Comunidades de Fala e as Comunidades de Discurso – utilizamos a citação da própria autora para justificar nossa escolha, haja vista que, ao nosso entendimento, a perspectiva prático-teórica de Kaul de Marlangeon (2014) muito se aproxima dos nossos anseios de engajamento no combate à violência e resistência por um mundo de igualdade, paz e justiça social, por meio de uma nova pragmática que parte dos contextos sociais, culturais, políticos e históricos dos sujeitos na interação ordinária. Assim nos diz Kaul de Marlangeon:

Desde el punto de vista de la pragmática sociocultural, el análisis del discurso de (des)cortesía consiste en examinar conductas que quedan plasmadas en el texto como producto de la actividad discursiva y, por tanto, tal análisis busca en los contextos situacional, social y cultural la interpretación de esos comportamientos, a fin de lograr su comprensión en el seno de la vida social de una comunidad. Por ello, dicho análisis se ocupa no sólo de la aprehensión de regularidades de naturaleza formal, como actos de habla o turno de habla, sino también de la aprehensión de regularidades de naturaleza no formal, como estrategias de (des)cortesía, procurando indagar la intención del hablante y la reacción (previsible o imprevisible) que causa

en el interlocutor, es decir, los efectos que éste y cualquier oyente perciben en el contexto en que se producen (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 8).

Partindo da premissa de que a unidade de análise da pragmática sociocultural da (des)cortesia diz respeito às atividades comunicativas integrantes de um enunciado proferido, que se constitui em relação à co-textualidade e à contextualidade no ato de fala, Kaul de Marlangeon (2014, p. 9) delimita duas unidades sociais da análise do discurso de (des)cortesia, com características extralinguísticas, multidimensionais e de amplo alcance: as Comunidades de Práticas Corteses e Descorteses.

E como supomos, essa investigação se materializa, à medida que se aproxima e se fundamenta nessa nova pragmática, uma vez que o foco está na descrição dos atos de fala entre sujeitos no cotidiano da sua vida social e da sua cultura; e não na análise de enunciações isoladas, “tal como se fazia em estudos tradicionais baseados na suposição de que as ilocuções particulares poderiam ter valor inerentemente cortês ou descortês, como postulava Leech (1983, 83)” (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 9, tradução nossa).

A despeito de sua elaboração conceitual sobre as comunidades de práticas (des)corteses, Kaul de Marlangeon (2014, p. 10) registra a necessidade de partir de conceitos anteriores sobre *comunidade de fala*⁴⁷,

47. Tradução nossa. Confira em: Hymes, Dell. 1972. “Models of the interaction of language and social life”. En *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*, compilado por John Gumperz y DellHymes, 35-71. Nueva York: Holt, Rinehardt y Winston. _____. 1974. *Foundations in sociolinguistics: An ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

*comunidade discursiva*⁴⁸e *comunidade de prática*⁴⁹. O motivo para tal é o caráter extralinguístico e social intrínsecos às comunidades supracitadas, uma vez que são, todas elas, compostas por grupos de pessoas que tem em comum o uso de signos linguísticos e compartilham atitudes primordialmente corteses (comunidade de prática cortês) ou primordialmente descorteses; e ainda por um modo comum de falar (comunidade de fala) ou por um léxico específico na interação de informação especializada (comunidade discursiva).

Uma vez já assimiladas as unidades de análises do discurso de (des)cortesia articuladas indissociavelmente em seus níveis de enunciação e de correspondência com o co-texto/contexto cultural e social, ou seja, “como um só evento”, Kaul de Malangeon (2014, p. 11) nos apresenta ainda a condição dessas unidades serem mais do que estratégias.

As unidades de análise do discurso de (des)cortesia são também meio de realização de práticas da comunidade. *Grosso modo*, em perspectiva de delimitação funcional, nas comunidades de práticas corteses e descorteses trata-se de unidades que levam em consideração as ações sociais dos grupos (des)corteses (nossa tradução).

Sendo assim, em Kaul de Marlangeon (2014, p. 12), a comunidade de fala passa a ser utilizada para analisar o discurso de cortesia, uma vez que, parafraseando Bravo (2005, p. 23-25), a cortesia numa comunidade de fala está relacionada com a conduta social e com o contexto sociocultural compartilhado pelos sujeitos participantes do grupo.

48. Tradução nossa. Confirma em: Swales, John. 2011. “The concept of discourse community”. En *Writing about writing*, editado por Elizabeth Wardle y Doug Downs, 466-480. Boston: Bedford St. Martins.

49. Tradução nossa. Wenger, Etienne. 1998. *Communities of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

A seguir, traduzimos um quadro desenvolvido por essa pesquisadora que explica as características das unidades linguísticas (diz respeito aos textos ou segmentos textuais) e extralinguísticas (prática social das comunidades) que servem de orientação para a análise e avaliação dos enunciados corteses e descorteses, de maneira integradora (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 12).

Quadro 1
Características das unidades linguísticas e extralinguísticas
segundo Kaul de Marlangeon (2014)

Unidades linguísticas <i>textos ou segmentos/recursos textuais</i>	Unidades extralinguísticas <i>comunidade em sua prática social</i>		
<p><i>macroato/ ato/ estratégias linguísticas (des)corteses</i></p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - São unidades discretas, de extensão variáveis. - Identificam e interpretam ações dos interaguintes. 	<p><i>comunidade de fala</i></p> <table border="1" data-bbox="571 762 994 877"> <tr> <td data-bbox="571 762 792 877">comunidades de práticas corteses</td> <td data-bbox="797 762 994 877">comunidades de práticas descorteses</td> </tr> </table> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - São unidades amplas, multidimensionais. - As de prática de (des)cortesia manifestam propósitos de (des)cortesia, através de gêneros específicos. - O texto permite deduzir do contexto a respectiva unidade de comunidade: de fala, de prática cortesa ou de prática descortesa. 	comunidades de práticas corteses	comunidades de práticas descorteses
comunidades de práticas corteses	comunidades de práticas descorteses		

Fonte: Tradução nossa. Caracterização das unidades linguísticas e extralinguísticas da análise de enunciação (des)cortês, em Kaul de Marlangeon (2014).

Imbrincada a essas delimitações reflexivas sobre as unidades linguísticas e extralinguísticas como parte integrante do nosso mundo social ordinário, Kaul de Marlangeon apresenta suas categorias de Comunidades de Práticas Corteses e Comunidades de Práticas Descorteses, partindo do conceito de *comunidade de prática* como unidade constituída por três dimensões: empreendimento conjunto, compromisso mútuo e repertório compartilhado⁵⁰.

3.4 Comunidade de prática cortês

Na esteira conceitual de Bravo (2005, p. 33-34), Kaul de Marlangeon compartilha da noção de cortesia como “una actividad comunicativa, cuya finalidad propia es quedar bien con el outro y que responde a normas y a códigos sociales que se suponen en conocimiento de los hablantes” (KAUL DE MARLANGEON 2014, p. 13).

Nossa compreensão a partir da Nova Pragmática nos leva a entender que, de certa forma, tal conceituação pode ser igualmente traduzida se aplicarmos os estudos sobre os jogos de linguagem e as inferências sobre atos performativos da fala, em seu aspecto de *uptake*, iterabilidade e citabilidade no caminho analítico dessas comunidades de práticas (des)corteses de Kaul de Marlangeon. O que é nossa proposta desenvolver, a partir da nossa análise, problematizando a intencionalidade e a responsabilidade nas interações (des)corteses que serão nosso objeto de estudo.

Dando prosseguimento à caracterização da Comunidade de Prática Cortês, Kaul de Marlangeon vincula essa comunidade de prática à comunidade de fala em que materializa referências da cortesia con-

50. Tradução nossa, cujo texto original é: “*empresa conjunta, compromiso mutuo y repertorio compartido*” (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 13).

vencional utilizadas e constituídas em suas interações, cujos membros desenvolvem comportamentos corteses por sua regularidade, homogeneidade e persistência, evidenciando assim a preservação da imagem do enunciador. A autora resume essa inter-relação no fragmento a seguir:

En una comunidad de práctica cuyos miembros son primordialmente corteses (grifo nosso), existe o compromisso mutuo, tácito o expreso, de la protección recíproca de las imágenes públicas de esos miembros, actitud que asumen como una clara noción de empresa conjunta; además poseen un repertorio compartido de los diversos modos de ser cortés (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 13).

3.5 Comunidade de prática descortês

O estudo sobre a Comunidade de Prática Descortês, estabelecido por Kaul de Marlangeon (2010; 2014, p. 14), pode ser compreendido de forma *bilateral/bidirecional* e *unilateral/unidicecional*, constituído a partir da relação/interação/conflito de poder entre seus membros.

Na forma *bilateral ou bidirecional*, os participantes de uma *comunidade de prática* são *primordialmente* descorteses em meio a réplicas/reciprocidades de descortesia. Logo, o *compromisso mútuo* da cortesia se transforma em *prevenção mútua* ou consciência acerca da possível hostilidade que cada membro pode empregar em prol da consecução dos seus objetivos ou da prevalência de seus posicionamentos e visão de mundo.

Inferimos, de um certo modo, que tais réplicas descorteses podem ser indícios de forças de poder compartilhados ou disputados entre os

membros, numa luta de sobreposição e forças. Segundo Kaul de Marlangeon, na bilateralidade, apela-se à descortesia pela ausência de um *compromisso mútuo*, frente à luta pela realização pessoal, em que uns utilizam recursos acumulados do conhecimento compartilhado pela comunidade para se sobrepor aos demais. Assim sendo,

Quando esos recursos son eventualmente negociables, el acuerdo puede desplazar a la descortesia potencial; y, si no logra, se está em presencia de una empresa conjunta de los que negocian en una comunidade de práctica cortés (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 15).

Já na forma *unilateral/unidirecional da descortesia*, alguns dos membros de uma *comunidade de prática* exercem a descortesia sem espaço para réplicas/reciprocidades. Assim, o *compromisso mútuo* da cortesia se transforma na sujeição de um membro de menor poder para receber descortesia de outro membro de maior poder. O sujeito de menor poder passa a ter consciência sobre a possibilidade de ser vítima de hostilidade do membro de maior poder e este tem expectativa de causar descortesia, isto é, o sujeito de maior poder tem consciência de sua capacidade de vulnerar a imagem do de menor poder. Nessa perspectiva, o sujeito de maior poder dentro do grupo utiliza o conhecimento compartilhado de recursos acumulados, historicamente, para prevalecer sobre os de menor poder dentro do grupo.

No que tange à questão do poder nas relações sociais descorteses desse grupo, entendemos que há uma assimetria de poder, um hiato, uma distância significativa do mais forte (que se sente com o “direito” de ofender), para o mais fraco/subjugado, que “aceita” a condição de alvo da descortesia, dada a força do poder simbólico de inferioridade que o forma.

É partindo dessa concepção de comunidade de prática (des)cortês, que Kaul de Marlangeon contribui para uma análise complexa e profícua sobre o indivíduo em interação (des)cortês, enquanto se constitui em sua subjetividade e identidade sociocultural, conforme resume a pesquisadora:

La prevención mutua y las expectativas de recibir o de causar descortesía, recién mencionadas, excluyen que la homogeneidade, la paz, la armonía y la felicidad sean propiedades distintivas de las respectivas comunidades de práctica. Por lo contrario, el conflicto puede constituir el núcleo esencial de la práctica compartida. Desacuerdos, desafíos y competencia pueden ser sus formas de participación en una suerte de empresa conjunta, cuyo *repertorio compartido* sean los modos de producir descortesía: palabras, símbolos, gestos, géneros discursivos, acciones y premisas culturales involucradas (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 14).

Em linhas gerais, a autora postula que a cortesia e a descortesia estão, em sua essência, associadas, respectivamente, à *presença* ou à *ausência* de *compromisso mútuo*.

Na sequência, tendo em vista uma melhor abordagem acerca das Comunidades de Prática (Des)Cortês, Kaul de Marlangeon (2014, p. 15) distingue *comunidade de fala* de *comunidade de prática*, ressaltando que toda *comunidade de prática* está contida na *comunidade de fala*, uma vez que esta é a entidade de maior categoria que constitui uma unidade social básica.

Logo, podemos participar, deliberadamente, de várias *comunidades de prática* contidas numa mesma *comunidade de fala* da qual somos

membros, e para a qual não escolhemos participar, diferentemente da *comunidade de prática*. Nesse sentido, a autora recorre ao conceito de *afiliação* em Bravo⁵¹ para a *comunidade de fala* formar a identidade de seus sujeitos/membros.

Valendo-se da mesma tática, Kaul de Marlangeon (2014, p. 15) distingue, comparativamente, outras duas unidades sociais: *comunidade discursiva* (SWALES, 2011⁵²) *versus comunidade de prática*. Identificamos uma *comunidade discursiva* quando um grupo comunga dos objetivos consensualmente, isto é, compartilha propósitos comuns e públicos, determinados e registrados inclusive por escrito, regulamentando o critério para a existência de uma *comunidade discursiva*.

A autora destaca ainda que tal comunidade articula modos particulares de comunicação para trocar informações de interesse coletivo. O que resulta em processo de retroalimentação, bem como em delimitação de terminologia especializada e gênero específico, conforme caracteriza a pesquisadora.

Apesar de a pesquisadora reconhecer que uma comunidade de prática cortês esteja comprometida dentro de uma comunidade discursiva, as mesmas não se confundem, “porque diferem en la empresa conjunta o, si se quiere, en la classe de intereses: en la primeira se privilegia el cuidado de la imagen y en la segunda, el intercambio de información” (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 16). Assim também são distintos os conceitos de uma comunidade de prática descortês e de uma comu-

51. Bravo, Diana (1999). “Imagen ‘positiva’ vs. imagen ‘negativa’?: Pragmatica socio-cultural y componentes de *face*”. *Oralia* 2, 155-184.

52. Swales, John. (2011). “The concept of discourse community”. En *Writing about writing*, editado por Elizabeth Wardle y Doug Downs, 466-480. Boston: Bedford St. Martins. Wenger, Etienne. 1998. *Communities of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

nidade discursiva, pois não há intercessão entre esses conceitos, como explica Kaul de Marlangeon no excerto abaixo:

Cuando una comunidade discursiva participa de la descortesía, deja de tener entidad, pues la descortesía entre sus miembros afecta los objetivos comunes y la retroalimentación apropiada para la subsistencia de tal comunidad. En una comunidad discursiva puede haber disidencias, pero siempre mantenidas dentro del consenso y la interdependencia de sus miembros; en una comunidad de práctica descortês, por lo contrario, los comportamientos son independientes y carentes de compromiso mutuo. Mientras que los miembros de una comunidad discursiva reciben y responden mensajes informativas, los miembros de una comunidad de práctica descortês actúan según dos posibilidades: o bien procuran unilateralmente comportamientos descortesés, o bien intercambian hostilidades (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 16-17).

Tendo em vista uma melhor síntese desse processo comparativo das unidades de análise para uma maior compreensão dos fenômenos de descortesia/violência linguística de uma comunidade de prática (descortês, traduzimos o quadro de Kaul de Marlangeon (2014) que caracteriza as comunidades supracitadas, anteriormente:

Quadro 2

Caracterização das comunidades linguísticas de fala, discursivas e de práticas (des)corteses, segundo Kaul de Marlangeon (2014)

Comunidade de Fala	Comunidade Discursiva	Comunidade de Prática de (Des)Cortesia
Ponto de vista sociolinguístico, aplicado a qualquer grupo da mesma língua.	Ponto de vista sociorretórico, aplicado a grupos com interesses comuns e públicos.	Ponto de vista sociopragmático, aplicado a grupos cujos membros tem habitualmente atitudes (des)corteses.
Seus membros compartilham uma forma de fala e o conhecimento de regras para a interpretação de tal fala.	Seus membros compartilham, com léxico específico, o intercâmbio de informação especializada.	Seus membros participam: (i) na cortesia, da proteção das respectivas imagens; (ii) na descortesia, da atitude até o conflito como prática compartilhada.
Pertença por nascimento ou adoção.	Pertença por interesses ocupacionais.	Pertença: i) na cortesia, por adesão às pautas vigentes; ii) na descortesia, por imposição das circunstâncias ou por escolha pessoal, variando de indivíduo a indivíduo.
Comportamento linguístico que proporciona socialização e garante identidade	Comportamento linguístico funcional que procura a obtenção de interesses compartilhados.	Comportamento linguístico sociocultural que busca: i) na cortesia, a harmonia social; ii) na descortesia, a prevalência do falante, de sua cosmovisão ou de seus requerimentos de imagem.
Unidade linguística de análise: evento o ato de fala.	Unidades linguísticas de análise: gêneros próprios como mecanismos comunicativos entre seus membros.	Unidades linguísticas de análise: gêneros que veiculam/propagam práticas sociais (des)corteses de seus membros.

Fonte: Tradução nossa. Kaul de Marlangeon (2014, p. 17)

Em consonância com os construtos de Kaul de Marlangeon apresentados até agora, torna-se imprescindível destacar, pormenorizadamente, as características ou multidimensões das Comunidades de Prática (Des)Cortês, em Kaul de Marlangeon (2014, p. 18-20)⁵³, resultando na centralidade do seu aporte prático/teórico:

- No que diz respeito aos indivíduos, aos grupos e seus tipos de relações:

a) Indivíduo *versus* grupo:

Para a cortesia, encontramos as categorias de *autonomia* de uma pessoa frente ao grupo e de *afiliação*, em que a pessoa é parte do grupo.

Para a descortesia, esta relação reconhece duas motivações básicas: de *refratariedade* ao grupo, ou seja, o membro se percebe e é percebido como opositor ao grupo e de *afiliação exacerbada* ao grupo, escolhendo a descortesia em sua defesa.

b) Grupo *versus* grupo:

Para a cortesia: nestas relações não-conflitivas, refletidas na variação cultural entre grupos oriundos de distintas comunidades de fala, ocorre uma *autonomia entre grupos*, ou seja, membros de um grupo prescindem respeitosamente de suas pautas, em vista das pautas de outro grupo.

Para a descortesia: esta relação se constitui dentro de uma comunidade de prática de referência, que oficializa e materializa (pela iterabilidade e citabilidade, supomos) uma cosmovisão distinta para cada grupo. Assim, a descortesia que um grupo aplica sobre o outro,

53. Tradução e adaptação nossa.

a autora chama de *extragrupal*, no que diz respeito ao primeiro grupo a ofender. Segundo Kaul de Marlangeon, essas práticas resultam numa instância de *descortesia de fustigação entre grupos*, ocasionada pela refratariedade de um grupo para com o outro.

- *As práticas particulares recorrentes de uma comunidade*, propagadas por diversos gêneros discursivos.

Para a cortesia, tais gêneros protegem e preservam a imagem do receptor.

Para a descortesia: utilizam com o propósito de atacar a imagem do receptor.

- *O caráter institucional ou não institucional do âmbito de ocorrência*, tanto para a cortesia quanto para a descortesia.

- *O modo de exercer a cortesia*: unilateral; bilateral ou recíproca (o caso mais típico, segundo a autora); sincrônica (face a face); assincrônica ou mediada; ritual (associada a um tipo de cortesia convencional).

- *O modo de exercer descortesia*: unilateral; bilateral; sincrônica ou assincrônica, ritual, aparente, ideológica.

- *As estratégias* que cada comunidade de prática (des)cortês usam para emitir seus atos particulares.

- *O tipo prevalente de cortesia*: atenuadora, valorizante, estratégica, convencional, codificada (BRAVO, 2005, p. 34) ou agradável (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 43).

- *O tipo prevalecente de descortesia*: formalmente descortês com propósito cortês, involuntária, autodescortesia, formalmente cortês com propósito descortês, cerceamento deliberado da cortesia esperada pelo interlocutor, silêncio angustioso, de fustigação (KAUL DE MARLANGEON, 2008).

- *As avaliações do interlocutor concernentes*, por um lado, ao efeito social positivo de cortesia e, por outro, ao efeito social negativo de descortesia.

Enfim, são essas as motivações prático-teóricas que lançamos mão para “atualizar” a leitura/análise sobre a (Des)Cortesia no discurso publicitário violento, à luz de um Nova Pragmática que parte do mundo sociocultural dos sujeitos no ato de fala, num cenário de conflitos ideológicos permeado pelo poder simbólico do mercado. Entretanto, antes de finalizarmos este tópico, convém expor, sinteticamente, nossas referências teóricas sobre ideologia e sobre violência linguística que direcionam nosso olhar inquieto de pesquisadores, frente à comunidade de prática descortês.

Violência linguística: tradução adequada de descortesia

Nos capítulos anteriores, apresentamos recortes sobre os estudos da Nova Pragmática, em sua centralidade sociocultural, que nos auxiliam na “atualização” dos clássicos da (im)polidez linguísticas para analisar a violência linguística e a problemática da intencionalidade/responsabilidade, por meio das comunidades de prática (des)cortesês.

Entrementes, faz-se necessário elucidar como a descortesia pode ser, na nossa concepção, uma tradução adequada da violência linguística, pela iterabilidade e citabilidade.

Para tanto, selecionamos alguns estudiosos no assunto que são nossa maior referência, para compreender com mais criticidade a violência nas interações linguísticas e a manifestação do poder ideológico, a saber, Judith Butler (2004); John Thompson (2011, 2014) e Daniel do Nascimento e Silva e Claudiana Nogueira de Alencar (2014).

Aplicar nossos estudos sobre a linguagem à causa do combate/resistência à violência nas interações humanas significa, para nós, reconhecer o poder do conhecimento como instrumento transformador e, ao buscá-lo, contribuir para a justiça social e o bem comum, à luz da ética e da cidadania. E como nosso principal recurso é a palavra, faz-se *mister* apresentar algumas considerações essenciais sobre o *signo* “violência” nos atos de fala, motivados, inicialmente, com o que diz

Foucault (1986), acerca dos discursos que são construídos de signos para irem além da simples utilização desses signos como designação de coisas. “É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1986).

Assim, tomamos como primeira definição, o postulado dos pesquisadores responsáveis pela Pesquisa da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza⁵⁴, em que a violência é concebida socioculturalmente. Posição essa que se assemelha às perspectivas da análise das comunidades de prática descortês, em Kaul de Marlangeon (2014). Saibamos mais a partir da seguinte leitura:

Em princípio, a violência pode ser definida como todo ato de coação, envolvendo um ou vários atores que produz efeitos sobre a integridade física ou moral de pessoas. Em um primeiro momento, é possível distinguirmos duas expressões de violência. A que se revela por meio da coação física implicando, no limite, em eliminação física (homicídio); e violência simbólica, que se manifesta em diferentes formas de discriminação que nem sempre é percebida como tal. Trata-se de ações e classificações morais associadas a preconceitos de etnia, gênero, orientação sexual e religião, entre outros, podendo também transformar-se em violência física. Desta forma, podemos definir, de forma distinta, o que é crime do que é violência. Crime, na nossa

54. Realizada pela Universidade Estadual do Ceará, por meio dos Laboratórios de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida) e de Estudos da Conflitualidade e Violência (Covio), e pela Universidade Federal do Ceará, através do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Disponível em: http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional_III.pdf. Acessado em 03/06/2016.

sociedade, é definido pelo conjunto de leis que constitui o ordenamento jurídico de um país, válido para uma determinada época e uma determinada sociedade. Já o conceito de violência, aqui explicado, está relacionado a um aspecto das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que pode causar danos físicos, morais ou psicológicos ao próprio agente e/ou a outras pessoas (MAPA DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA, 2011, p. 8).

Balizados por essa primeira compreensão sobre o fenômeno da violência, a pesar do caráter genérico, seguimos o fluxo da nossa reflexão no intuito de particularizar esse assunto, no sentido de chegarmos a indicadores da violência linguística na interação entre sujeitos, mediada pelo discurso descortês publicitário midiaticado.

4.1 Violência linguística e o conflito contextual/interacional

Silva e Alencar (2014, p. 260) afirmam que a problemática sobre o uso de palavras mais afirmativas, frente à *desautorização* de textos de significação violenta, não nega a tese de que o significado surge da relação entre língua e contextos de uso. Isso se considerarmos o termo “contexto” na perspectiva de interação indissociável dos atos históricos e sociais dos sujeitos, por meio da linguagem/discurso.

Para Hanks (2008), o contexto discursivo é produtivo e inerentemente situado, tendo como horizonte social da produção do discurso a noção de *emergência* e *incorporação*, resultando num “espaço de contextualidade mais produtivo e realístico do que qualquer outro” (HANKS, 2008, p. 199).

A despeito disso, ao associar violência linguística à violação ou obliteração da orientação contextual ou espaço de contextualidade na nossa prática comunicativa, entendemos quão danosos são os efeitos dessa violência para a destruição da identidade-lugar dos sujeitos violentados.

Constatamos, com isso, que a mesma linguagem que possibilita constituir o sujeito, em sua subjetividade e historicidade sociocultural, é a mesma que fere. “Assim, a violência na linguagem pode ser vista como algo que não só destrói a significação e a identidade do sujeito, mas também as constitui” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 262).

Na esteira dessas reflexões, esses autores (2014, p. 273) apresentam uma “gramática cultural” que potencializa a naturalização de significados violentos, desarticulando subjetividades. Citamos, como exemplo dessa gramática, as pesquisas para saber “como construções de gênero social acionadas por uma gramática cultural autoriza a violência” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 274).

Para Butler (2004, p. 16), ser vítima de um insulto é uma das primeiras formas de agressão linguística que alguém aprende, uma vez que o insulto assume uma proporção específica no tempo. “Quando a palavra é insultante, exerce sua força sobre aquele ao qual fere” (BUTLER, 2004, p. 17). Logo, reconhecer que a palavra é capaz de ferir, faz com que sintamos a combinação dos elementos linguísticos e dos físicos/sociais, no ato de fala violento. Portanto, o dano linguístico atua também como ferida física, conforme Butler (2004, p. 20).

Compartilhamos da noção de Butler (2004, p. 31) sobre ameaça como um ato de fala, ao mesmo tempo em que é também um ato corporal que está, em parte, fora do seu controle. Assim a autora esclarece: a “afirmação de que a fala fere parece depender desta relação inseparável incongruência entre o corpo e a fala, e, conseqüentemente, entre

a fala e seus efeitos” (BUTLER, 2004, p. 32). Temos assim, o corpo do falante como um *instrumento* de uma violenta *retoricidade*, que pode não ter limites nem controle para a ofensa. Aliás, para essa autora, a linguagem está sempre, de alguma forma, fora de controle, até porque não tem fundamento a existência de um sujeito soberano, porque o sujeito não exerce um poder soberano sobre o que diz, mas o sujeito se constitui na/através da linguagem.

Consoantes a Butler (2004, p. 63), acreditamos que a pessoa que profere um enunciado da linguagem de ódio, participa de uma comunidade de prática descortês e deve ser responsabilizado pelo que diz/fere, mesmo que ele não seja o autor inicial de tal discurso violento/descortês. Pela citacionalidade da linguagem, o falante/ofensor assume a responsabilidade. Justamente o que ensinamos analisar neste nosso trabalho, afinal “a linguagem é uma forma de conduta que encontra respaldo e/ou crítica” (BUTLER, 2004, p. 70).

E para ressignificar a linguagem, lançaremos mão de novos contextos para ajudar a produzir novas e futuras formas de legitimação, posicionando-nos contrariamente às forças desintegradoras das subjetividades das imagens sociais dos sujeitos e das suas comunidades de fala/discurso/prática.

4.2 As interfaces da ideologia do discurso descortês

Na nova perspectiva da pragmática sociocultural, a noção de descortesia está vinculada à comunidade de prática descortês e se associa à falta de cooperação ou não cooperação, em meio a forças ideológicas de poder materializadas/naturalizadas nas interações sujeito-sujeito; sujeito-grupo, grupo-grupo. O que nos levar a entender que, em conformida-

de com Bolívar (2009, p. 31), descortesia é um tipo específico de violação de normas motivado pelo conflito/consolidação de identidade de grupos e de sujeitos; a afiliação exacerbada, a refratariedade, a descortesia extra/intragrupal e a ameaça para a imagem social dos interactantes.

Tomando como base tais proposições e as consequências decorrentes desses fenômenos pragmáticos constituídos na/através da linguagem, Bolívar (2009, p. 34) afirma que quase todo discurso carrega as marcas da ideologia com a que este discurso se compromete e, posto isso, torna-se possível ler/identificar tais marcas, pelos rastros deixados na linguagem. Sendo assim, a autora assegura que “as ideologias podem ser entendidas ao menos a partir de duas grandes perspectivas: como a relação entre grupos dominantes e dominados ou como a representação e construção da experiência do mundo” (BOLÍVAR, 2009, p. 34. Tradução nossa).

Num sentido filosófico, de acordo com Slavoj Žižek (1996, p. 16), a ideologia se transfere de uma esfera em que se constituía como um “ideal regulatório”, uma “comunicação sistemática distorcida” que agregava valores/interesses sociais dissimulados (de dominação, de controle, de manipulação etc.) para uma tendência da “crítica da ideologia”, forjada na análise do discurso, sobretudo em sua abordagem habermasiana, que se contrapõe à noção tradicional, herdada com o Iluminismo/Esclarecimento.

O que Habermas percebeu como a saída da ideologia é aqui denunciado como a ideologia por excelência. Na tradução do Esclarecimento, a “ideologia” representa a ideia desfocada (“falsa”) da realidade, provocada por vários interesses “patológicos” (medo da morte e das forças naturais, interesse de poder etc.); para a análise do discurso, a

própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder é ideológica. O “nível zero” da ideologia consiste em (des)aprender uma formação discursiva como um fato extradiscursivo (grifo nosso) (ŽIŽEK, 1996, p. 16).

Considerando esse fragmento de Žižek, que enfatiza a necessidade de um olhar crítico da ideologia, a partir do fenômeno extradiscursivo, vamos passar agora para uma nova abordagem mais atualizada e que mais se aproxima do nosso estudo. Dessa forma, passamos a utilizar as categorias de ideologia de John Thompson (2011), em suas formas simbólicas de manifestação para ajudar a “ver” ocorrências da descortesia linguística nas interações sociais.

4.3 Ideologia e a Hermenêutica de Profundidade em Thompson

Para Thompson chegar em seu conceito sobre ideologia, o autor vai apresentar algumas objeções às duas principais perspectivas sobre ideologia: à clássica, que ele chama de “concepções neutras de ideologia” (THOMPSON, 2011, p. 72), e à própria “concepção crítica de ideologia” (THOMPSON, 2011, p. 73).

No primeiro conceito, os fenômenos ideológicos não contemplam o que são em si, ou seja, sua constituição de sentido/ação como enganadores e ilusórios, e estão disponíveis como recursos e habilidades para empregar na esfera/ordem social. Na segunda concepção, tem-se um sentido negativo, crítico ou pejorativo, implicando que o fenômeno ideológico é enganador, ilusório e parcial. O autor (2011, p. 73) resume como critérios de negatividade, associados com percepções particulares de ideologia.

Thompson apresenta assim uma nova concepção crítica de ideologia, cuja análise se debruça aos modos como as formas simbólicas se interligam/atravessam com/em relações de poder. Por nos sentirmos mais confortáveis a essa reflexão encarnada de ideologia, todo nosso trabalho terá como atravessamento ideológico-metodológico a noção desenvolvida por Thompson, resumida neste excerto:

Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sociohistóricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação. *Desde que*: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação (THOMPSON, 2011, p. 76).

Assim, na nossa empreitada sobre descortesia/violência na propaganda e a problemática da responsabilidade/intencionalidade, vamos considerar a ideologia apenas quando localizamos os fenômenos simbólicos nos contextos históricos, políticos, socioculturais etc. dos atos performativos de fala (des)corteses, mediante naturalização de relações de dominação.

Para Thompson (2011), a análise da ideologia está ligada a formas simbólicas relacionadas a contextos sócio-históricos, por isso, tal análise pode ser concebida como uma forma específica de “Hermenêutica de Profundidade⁵⁵” (HP), ou seja, “a hermenêutica da vida cotidiana é um ponto de

55. Thompson atribui HP à P. Ricoeur.

partida primordial e inevitável do enfoque da HP” (THOMPSON, 2011, p. 363). Tal método de análise (HP) se fundamenta no modo como as formas simbólicas são interpretadas e apreendidas pelos sujeitos, no cotidiano de suas interações, por meio da tricotomia: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; interpretação e reinterpretação.

A concepção de ideologia em Thompson, perfaz, assim, um caminho pragmático em que reconhece a impossibilidade de separar a linguagem das formas simbólicas inerentes ao cotidiano dos interactantes, lugar/ espaço este que se (des)constitui narrativas ideológicas, frente as formas simbólicas na relação de poder. Entendemos que é possível utilizar seu conceito de ideologia para analisar como as comunidades de prática (des)cortesese se portam frente a naturalização de certas formas simbólicas de poder, legitimadas pela prática sociodiscursiva dos falantes.

Sendo assim, nosso posicionamento é articular um recurso metodológico híbrido que nos permita analisar a intencionalidade/responsabilidade de práticas descortesese que afetam os sujeitos (imagem e identidade) em suas interações socioculturais, em meio às forças simbólicas de poder que, ideologicamente, materializam comportamentos abusivos e violentos.

Referências

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Pragmática cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira. *Uma nova pragmática para antigos problemas*. São Paulo: Cortez, 2014.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. (Des)cortesia verbal e conflito de opiniões em textos veiculados na mídia brasileira. In SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBOSA, B. O Ministério das comunicações vai punir a Band? In: *Carta Capital On-line*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/quando-o-ministerio-das-comunicacoes-vai-funir-de-verdade-a-band-7862.html>>. Acesso em 29 de mai. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUSOLA, Adriano. O Pragmatismo. In ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica*. Tradução Ana Pareschi Capovilla. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOLÍVAR, Adriana. Ideologías y variedades de descortesía. In *Estudios sobre lengua, sociedad y cultura: homenaje a Diana Bravo*. Acta Universitatis Stockholmiensi, Romanica Stockholmiensia n. 27. Departamento de Español, Portugués y Estudios Latinoamericanos Universidad de Estocolmo. Estocolmo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Tradução Fernando de Tomas. Lisboa: Difusão Editorial; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1998.

BRANDÃO, Cibele; SATHLER, Erika. Cortesia brasileira: relações e elogios. In SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.

BRAVO, Diana. Actividades de cortesia, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: BRAVO, Diana (Ed.). *La perspectiva no etnocentrista de la cortesia: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes*. Actas del primer Coloquio del programa EDICE. Estocolmo: Edice, p. 98-108. 2003.

_____. Categorías, tipologías y aplicaciones: Hacia una redefinición de la cortesia comunicativa. In: *Estudios de la (des) cortesia en español: Categorías conceptuales y aplicaciones corpora orales y escritos, editado por Diana Bravo*, vol. 1, 21-52. Buenos Aires: Programa EDICE – Dunken, 2005.

_____. (1999). Imagen ‘positiva’ vs. imagen ‘negativa’?: Pragmática socio-cultural y componentes de *face*. *Oralia2*, 155-184. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=292100>>. Acessado em 01 de jun. de 2016.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Trad. Javier Sáez y Beatriz Preciado. Madrid. Editora Síntesis, 2004.

CULPEPER, J.; BOUSFIEL, D.; WICHMANN, A. Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, Lancaster University, Preston. N. 35, p. 1545-1579, 2003.

CULPEPER, J. *Impoliteness: studies in interactional sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In _____. *Limited Inc*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DURANTI, Alessandro. The power in Language. In: edited by Alessandro Duranti. *A companion to linguistic anthropology*. Blackwell companions to anthropology. Blackwell Publishing, 2004.

EDICE-Estudios sobre el Discurso de la Cortesía en Español. *Nosotros*. Disponível em: <<http://edice.org/acerca-del-programa/>> Acessado em 01 de jun. de 2016.

FABRICIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem. In MOITA LOPES, Luis Paulo. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. Org. Luis Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Contexto: problemáticas *ad infinitum*. In SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In *Introdução à linguística: I objetos teóricos*. Org. José Luiz Fiorin. 6ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. 28ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HANKS, William. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Organização Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado. São Paulo: Cortez, 2008.

HERGET, K; ALEGRE, T. Marcas de cortesia em folhetos informativos alemães e portugueses. In:SEARA, I. R. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado, 2014.

KAUL DE MARLANGEON, Silvia. ([1992] 1995, 2003). *La fuerza de cortesia-descortesía y sus estrategias em el discurso tanguero de la década del 20*. RASAL. Año III, n. 3, p. 7-38 (Versión electrónica: <http://www.edice.org/descargas/SKaul.pdf>).

_____. Tipología dels comportamento verbal descortês em espanhol.III Colóquio internacional Programa EDICE. *Cortesia y conversación: de lo escrito a lo oral*. Departamento de Filología Español. Departamento de Linguística Aplicada. Universidad de València y Programa EDICE. 2008.

_____. Delimitación de unidades extralingüísticas de análisis del discurso de (des)cortesia. *Signo y Seña*. Buenos Aires, n. 26, p. 7-21, dez. 2014.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Es universal la cortesia?. En *Pragmática sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesia en español*, editado por Diana Bravo y AntonioBriz, 39-53. Barcelona: Ariel Linguística, 2004.

_____. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: SEARA, I. R. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado, 2014.

KUMARAVADIVELU, K. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem. In MOITA LOPES, Luis Paulo. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. Org. Luis Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LEECH, G. *Principles of pragmatics*. New York: Longman, 1983.

_____. Politeness: is there an east-west divide? *Journal of foreign languages*, [S.1], v. 160, n. 60, nov. 2005.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Tradução Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. *Revista de Comunicação, Cultura e Política ALCEU*. PUC: Rio de Janeiro, v. I, p. 38-46, jul/dez 2000.

MARQUES, Maria Aldina. Cortesia, formas de tratamento e gêneros discursivos: condições de ocorrência e de uso. In SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.

MARTINO, L. C. Classificação e exame crítico da literatura sobre história da comunicação. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. (Org.). *Comunicação e história, interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MARTINS, Adriana R. Dantas. *A violência linguística virtual contra a mulher: ideologia e estratégias de (im)polidez em blogs*. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2013.

MATSUMOTO, Y. Reexamination of the universality of Face: politeness phenomena in Japanese. In: *Journal of Pragmatics*, n. 12 (4), p. 403-426, 1988. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0378216688900033>>. Acessado em 01 de jun. de 2016.

MOITA LOPES, Luis Paulo. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. Org. Luis Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In _____. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In MOITA E LOPES, Luiz Paulo. *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

MOREIRA, Reginaldo Gurgel. *(Des)cortesia Linguística na Nova Pragmática e a problemática da intencionalidade nos atos de fala na publicidade brasileira: quem é o responsável pela violência linguística? 2016*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Apresentação. In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*, vol. 2. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*, vol. 2. Org. Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes. 8ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas. Ed. UNICAMP, 1998.

PAIVA, Geórgia M. Feitosa. *A polidez linguística em salas de bate-papo na internet*. 2008. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2008.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In MOITA LOPES, Luis Paulo. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. Org. Luis Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à linguística, I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2012.

PIETROFORTE, Antonio V. Serafim; LOPES, Ivã Carlos. Semântica Lexical. In *Introdução à linguística II: princípios de análise*. Org. José Luiz Fiorin. 5ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Apresentação. In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*, vol. 2. 8ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RANGEL, E. F. M. Uma nova concepção de linguagem a partir do percurso performativo de Austin. *Revista Letra Magna*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 01, n.01, 2º Semestre de 2004.

Redação *O Povo On-line*. Garota vítima de estupro coletivo agradece mensagem de apoio. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2016/05/27/noticiasbrasil,3617684/garota-vitima-de-estupro-coletivo-agradece-mensagens-de-apoio.shtml>> . Acessado em 29 de mai. 2016.

_____. Alexandre Frota apresenta propostas no Ministério da Educação. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2016/05/25/noticiasbrasil,3617075/alexandre-frota-apresenta-propostas-no-ministerio-da-educacao.shtml>>. Acessado em 29 de mai. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. In *Epistemologias do Sul*. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Org.). Coimbra: Edições Almedinas, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS, Karla Cristina. Implicações da noção de sujeito na discussão da responsabilidade de fala. In SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Uma nova pragmática para antigos problemas. In SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Luiz Antônio. Descortesia e (des)construção da imagem pública. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli Quadros. *Comunicação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2013.

SOUSA, Jhone. Laudo confirma estupro de garota atacada em Bom Jesus. In: *180 Graus*. Disponível em: <<http://180graus.com/noticias/laudo-confirma-estupro-de-garota-atacada-em-bom-jesus>>. Acessado em 29 de mai. 2016.

TEIXEIRA, Letícia Adriana Pires. *A Polidez na conversação de pessoas com esquizofrênicas: figuratividade, estratégia e faces*. 2011. 271 f. Tese de Doutorado em Linguística, Programa de Pós-graduação Em Linguística, PPGL, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 15ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Universidade Estadual do Ceará. Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida) e Estudos da Conflitualidade e Violência (Covio). Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional_III.pdf>. Acessado em 03 de jun. 2016.

VAZ, Henrique C. L. *Antropologia Filosófica I*. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução Marcos G. Montagnoli. 8ed. Petropolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



Reginaldo Gurgel Moreira

Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE). Especialista em Publicidade e Propaganda e Marketing. Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); bacharel em Filosofia (CES/FAJE MG) e licenciado em Filosofia pela Faculdade Claretiano. Atualmente, cursa licenciatura Letras-Português no Centro Universitário Estácio do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade (PRAGMACULT-UECE) e do Grupo de Estudos em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIL-UNILAB). Servidor público temporário da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC - atuando como docente no Liceu de Messejana.

Reginaldo Gurgel Moreira

POR UMA LINGUAGEM-VIDA

Uma leitura sob as lentes da pragmática sociocultural



<https://www.marcadefantasia.com>